



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

CELSO EDUARDO RODRIGUES DA SILVA

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DIREITOS VIOLADOS: O
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL DE
JARDIM ALEGRE - PR**

**IVAÍPORÃ
2014**

CELSO EDUARDO RODRIGUES DA SILVA

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DIREITOS VIOLADOS: O
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL DE
JARDIM ALEGRE - PR**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentado à UEM -
Universidade Estadual de Maringá -
como requisito parcial para obtenção do
título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Ms. Paula Marçal Natali

IVAÍPORÃ
2014

CELSO EDUARDO RODRIGUES DA SILVA

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DIREITOS VIOLADOS: O
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL DE
JARDIM ALEGRE - PR**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentado à UEM -
Universidade Estadual de Maringá -
como requisito parcial para obtenção do
título de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em _____ / _____ / _____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Ms. Paula Marçal Natali
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Ms. Andréia Paula Basei
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Ms. Eduard Ângelo Bendrath
Universidade Estadual de Maringá – UEM

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho principalmente aos meus Pais, que nunca mediram esforços para me ajudar e dar condições para que eu pudesse alcançar meus objetivos. Aos meus irmãos, que sempre estiveram juntamente comigo nesta difícil caminhada. A minha “Vovó”, que hoje não está mais entre nós, mas sempre que esteve me ajudou e hoje ilumina meus passos. A minha namorada e companheira Amanda, que sempre esteve ao meu lado, nos bons e principalmente nos maus momentos. E em especial a minha Tia Val, pois sempre confiou em mim e me deu apoio. E a mim, pois só mesmo eu sei como foi difícil chegar até aqui, e sei que a caminhada ainda é longa.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus, por me dar forças e coragem nesta longa caminhada que apenas está começando.

Aos meus pais Valdinei e Leila em especial, que não mediram esforços para propiciar condições para que eu pudesse concluir esta etapa da minha vida, e por sempre ter caminhado ao meu lado nos bons e principalmente nos momentos de dificuldades.

A minha família por entender vários momentos de ausência.

Um agradecimento especial, a minha querida Vovó Ageci (*in memorian*), pelos conselhos, força e apoio nos momentos em que quis desistir.

A minha Tia Valdirene, por me ajudar nos meus estudos e dar apoio em momentos cruciais para mim.

Aos meus irmãos Jessica e Matheus, e ao meu cunhado Guilherme, pelas noites mal dormidas e ligações durante as madrugadas para pedir ajuda e conselhos.

A minha namorada Amanda Santos e família que me ajudou muito nos estudos e compreensão das matérias, apoiou na horas complicadas e não me deixou desistir do meu objetivo.

A minha maior companheira durante o tempo que realizei esta pesquisa, por longas noites ao meu lado, e me recebendo com tanta alegria, a Pandora (*in memorian*), pelo seu companheirismo e carinho.

Aos meus colegas de sala, que com bom humor e piadas, sempre me impulsionaram a seguir em frente e tentar se superar sempre.

Agradeço imensamente a minha Professora Orientadora Paula Marçal Natali, que não desistiu de me orientar, mesmo passando por algumas situações difíceis.

A todos os Professores que tive ao longo dessa caminhada.

E aos professores da banca avaliadora, por terem aceito o convite para compor a banca de apresentação.

Agradeço a todos vocês que foram muito importantes na minha caminhada e acreditaram em mim.

Muito obrigado.

SILVA, Celso Eduardo Rodrigues. **CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DIREITOS VIOLADOS: O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL DE JARDIM ALEGRE - PR.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2014.

RESUMO

No Brasil atualmente muitas crianças e adolescentes com direitos violados são sujeitos da Educação Social e são atendidas em programas de contra turno escolar. Este trabalho tem por objetivo analisar o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Jardim Alegre – PR, no que se refere as ações educativas desenvolvidas no período de Fevereiro à Abril de 2014. A questão norteadora foi investigar as ações educativas que ocorrem no PETI – Jardim Alegre, principalmente no que se refere aos esportes, jogos e brincadeiras. Este estudo caracterizou-se por ser de caráter qualitativo e estudo de caso. Os procedimentos metodológicos para coleta de dados foram entrevistas semiestruturadas com 5 educadores sociais e observações das atividades educativas que acontecem neste programa de atendimento de crianças e adolescentes com direitos violados. Podemos apontar a partir deste estudo que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – Jardim Alegre, necessita de melhorias urgentes na estrutura física e nos materiais, sobre a ação educativa, é possível assinalar dificuldades no que se refere a tempo para planejamento das educadoras, compreensão dos fundamentos da Educação Social e formação profissional e pedagógicas adequada.

Palavras-chave: Educação Social. Crianças e Adolescentes com Direitos Violados. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

SILVA , Celso Eduardo Rodrigues . **TEENS WITH RIGHTS VIOLATED : PROGRAM ELIMINATION OF CHILD LABOUR OF JARDIM ALEGRE - PR** . Work of Conclusion of Course (Graduation in Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2014.

ABSTRACT

Today, in Brazil many children and adolescents are subjects of rights violated and Social Education are met on against school day programs. This work aims to analyze the PETI - Eradication of Child Labour Jardim Alegre - PR. Regarding the educational activities conducted during the period February to April 2014 The main question was to investigate the educational activities that occur in the PETI - Jardim Alegre, especially with regard to sports, games and activities. This study was characterized by being qualitative in nature. The methodological procedures for data collection were semi -structured interviews with five educators and observations of educational activities that happen in this caring for children and adolescents with violated rights program. We can point out from this study that the Eradication of Child Labor - PETI - Jardim Alegre, needs urgent improvements in the physical structure and materials on educational activities, you can reveal problems with regard to time to planning educators, understanding the fundamentals of social education and appropriate vocational and educational training.

Key-words: Social Education, Children and Adolescents with Violated Rights, Eradication of Child Labor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo 1 - Direitos das Crianças e Adolescentes no Brasil: a política de atendimento sócio-educativa	17
Capítulo 2 - Educação Social	25
Capítulo 3 - Recreação, Ludicidade e Esportes	28
3.1 A Recreação.....	28
3.2 O Lúdico.....	30
3.3 O Esporte	31
Capítulo 4 – Categorização da Análise de Dados	36
4.1 O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Jardim Alegre – PR	36
4.2 Visão dos Educadores sobre as Crianças e Adolescentes	40
4.3 O Educador Social do PETI	43
4.4 Ações Educativas dos Educadores do PETI	45
4.5 O Esporte no PETI.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
APÊNDICES	54
ANEXOS	77

Lista de Apêndices

Apêndice A – Roteiro das Entrevistas	55
Apêndice B – Transcrição das Entrevistas	57
Apêndice C – Roteiro das Observações	71
Apêndice D – Transcrição do Relatórios de Observação	72

Lista de Anexos

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Menores.....	78
Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os Educadores.....	81
Anexo C – Parecer do COPEP.....	84

Lista de Siglas e Abreviaturas

CM – Código de Menores

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CT - Conselho Tutelar

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PETI - J.A - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Jardim Alegre Paraná

SAM - Serviço do Bem-estar do Menor

INTRODUÇÃO

Este estudo se insere no âmbito da Educação Social, que pretende analisar o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Jardim Alegre – PR, no que se refere às ações educativas de esporte, jogos e brincadeiras, desenvolvidas no período de Fevereiro a Abril de 2014.

O interesse em estudar o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, em Jardim Alegre, foi despertado quando comecei a trabalhar nesta unidade, como estagiário. Nesta unidade de contra turno escolar pude ter contato com algumas crianças e adolescentes que tiveram e ainda tem os seus direitos violados de diversas formas, e que frequentam o PETI.

A Educação Social é uma área em construção em nosso país, desta forma, pesquisas ou pesquisar neste âmbito pode contribuir para a consolidação da produção científica na área. Sendo assim, se tornam imprescindível estudar as características do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI de Jardim Alegre.

Segundo Lopes (2012, p. 13):

[...] Foi possível verificar que a educação social, a formação dos educadores sociais e as ações educativas destes no Brasil, ainda são conhecidas por poucos. Com isso, é importante ter estudos que busquem realizar uma reflexão crítica sobre a ação educacional, no Brasil, que está começando a ser expandida.

O atendimento em contra turno social, é regido por uma política de assistência voltada para as crianças e adolescentes baseada no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) em seu Artigo 90, que diz,

As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como planejamento e execução de programas de proteção sócio-educativas destinados a crianças e adolescentes, em regime de: I – orientação e apoio sócio-familiar; II – apoio sócio-educativo em meio aberto; III – colocação familiar; IV – acolhimento institucional; V – Liberdade assistida; VI – semi-liberdade; VII – internação (BRASIL, 2010, p. 55).

As políticas de assistência as crianças e adolescentes no Brasil foram promulgadas visando solucionar os problemas que atingiam as crianças e

adolescentes com direitos violados. A primeira lei a ser promulgada no Brasil foi o Código de Menores, de 1927, tendo uma filosofia disciplinar, correcional e higienista. Este código tinha seus princípios voltados para a proteção irregular à infância e à adolescência, essa lei só protegia os que cometessem infrações ou que fossem de origem com famílias desestruturadas, e que poderiam representar perigo para a sociedade (LOPES, 2012, p. 09).

Segundo Natali (2009, apud Lopes, 2012), em 1979, houve uma reforma do Código de Menores de 1927, reforçando as características da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, que foi criada em 1964. Esta reforma foi motivada, pelo fato de que o Estado atendia as crianças e adolescentes com direitos violados em locais inadequados e sem políticas educacionais apropriadas.

Na década de 90, foi sancionada a lei nº 8.069/1990, que buscava a modificação do olhar da sociedade brasileira sobre as crianças e adolescentes, sendo que a partir de então, não apenas em situação irregular e sim todas as crianças e adolescentes essa lei torna-se muito importante para qualquer ação referente às crianças e adolescentes. (BOMBARDA, 2010 apud LOPES 2012).

A educação social em nosso país não exige uma formação específica para educadores sociais, sendo assim podemos encontrar educadores sociais de diversas áreas trabalhando fora da sua área de formação, por exemplo, Artes, Psicologia, a Pedagogia, a Educação Física, o Serviço Social, Educação inclusiva, e educadores sociais sem nenhuma formação no ensino superior.

No Brasil, os profissionais que atuam na Educação Social são dificilmente identificados, e a condição para trabalhar em grande parte das vezes é ter boa vontade (MÜLLER, 2010 apud LOPES,

2012). Pode-se dizer que os profissionais na grande maioria são voluntários, os que possuem uma formação acadêmica, em diferentes cursos, pessoas que passaram em concursos públicos, com graduação em qualquer área, os que possuem pós-graduação em políticas da infância podem ser considerados educadores sociais, podem ser aqueles que trabalham na educação escolar e nos projetos de educação social (MÜLLER, 2010 apud LOPES, 2012).

O questionamento que nos impulsionou a estudar uma instituição de contra turno social foi, se as ações educativas das educadoras sociais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, estavam ou não sendo realizadas de acordo com o objetivo da Educação Social.

Partindo desta questão problema estabelecemos que o objetivo central deste trabalho é: analisar o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Jardim Alegre – PR, no que se refere as ações educativas, atividades e rotinas desenvolvidas no período de Fevereiro a Abril de 2014.

A partir do objetivo central, determinamos os objetivos específicos:

- Identificar quais são as atividades/rotinas desenvolvidas pelas crianças e adolescentes que frequentam o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil da cidade de Jardim Alegre-PR.
- Descrever as atividades desenvolvidas pelos educadores sociais do Programa de erradicação do Trabalho Infantil de Jardim Alegre-PR.
- Problematizar as atividades desenvolvidas com as crianças e adolescentes com direitos violados que frequentam o Programa de erradicação do Trabalho Infantil de Jardim Alegre-PR.

Esta pesquisa caracteriza-se por ser uma pesquisa de caráter qualitativo que, segundo Triviños (1987, p.120) apud LOPES (2012) é um tipo de pesquisa no qual “[...] é ressaltada a importância do ambiente natural na configuração da personalidade, problemas e situações de existência dos sujeitos”.

O instrumento de organização da pesquisa foi o estudo de caso, segundo Triviños (1987, p.133), “é uma categoria de pesquisa cujo objetivo é uma unidade que se analisa aprofundadamente. Esta definição determina suas características que são dadas por duas circunstâncias, principalmente, sendo elas a natureza e a abrangência da unidade”.

Como técnica de coleta de dados, utilizou-se a observação e a entrevista semi-estruturada. A observação também é considerada uma coleta de dados para conseguir informações sob determinados aspectos da realidade. Ela ajuda o pesquisador a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (LAKATOS, 1996 apud BONI, QUARESMA, 2005, p. 71).

As observações aconteceram durante a semana de segunda-feira a sexta-feira, estas foram realizadas no período vespertino, ou seja, das 13h00min às 17h00min. As observações foram realizadas em todas as turmas, sendo uma turma por dia totalizando 5 observações. Estas observações ocorreram dentro e fora da

sala, quando a observação acontecia dentro da sala, o pesquisador se posicionava em um canto visando não interferir o desenvolvimento das atividades, em uma carteira ou banco para poder fazer o rascunho do relatório da observação e posteriormente, reescrevê-la. Quando a atividade era fora da sala, o pesquisador posicionava-se afastado do local onde seria realizada as atividades porém que tivesse uma boa visão, para não perder nenhum dado ou as falas da educadora com o aluno e dos alunos com a educadora. Após as observações, foram produzidos relatórios pelo pesquisador a partir das anotações realizadas em campo.

A coleta de dados, também foi realizada através de entrevistas semiestruturadas com as 5 (cinco) educadoras do PETI – Programa de Erradicação do trabalho Infantil de Jardim Alegre - Pr. As entrevistas aconteceram em 2 (dois) dias, enquanto as crianças e adolescentes estavam em outras atividades extra-sala, as professoras de sala que aceitaram participar da entrevista, respondiam estas. Aconteceram apenas 5 entrevistas, pois este trabalho foi realizado no período vespertino, onde trabalham apenas 6 educadoras, e uma se opôs a realizar a entrevista. Para a gravação da entrevista e posteriormente transcrevê-las, foi usado um celular da marca Samsung Galaxy Win Duos (GT-I8552B).

Segundo Lakatos (1996 apud Boni; Quaresma, 2005, p. 71)

A preparação da entrevista é uma das etapas mais importantes da pesquisa que requer tempo e exige alguns cuidados, entre eles destacam-se: o planejamento da entrevista, que deve ter em vista o objetivo a ser alcançado; a escolha do entrevistado, que deve ser alguém que tenha familiaridade com o tema pesquisado; a oportunidade da entrevista, ou seja, a disponibilidade do entrevistado em fornecer a entrevista que deverá ser marcada com antecedência para que o pesquisador se assegure de que será recebido; as condições favoráveis que possam garantir ao entrevistado o segredo de suas confidências e de sua identidade e, por fim, a preparação específica que consiste em organizar o roteiro ou formulário com as questões importantes.

Após a realização das entrevistas, as mesmas foram transcritos na íntegra preservando todas as características das falas dos entrevistados. Em relação à observação das atividades desenvolvidas com as crianças e os adolescentes, foram feitos relatórios pelo pesquisador a cada dia de observação.

Para a análise dos dados, estabeleceremos categorias de análise baseadas na Análise de Conteúdo, segundo Bardin (1977, p.2 apud LOPES, 2012, p. 12).

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Após os dados terem sido coletados, por meio da análise de conteúdo, os dados dos relatórios e das entrevistas foram analisados e categorizados da seguinte maneira: I - O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – Jardim Alegre – Paraná; II - Visão dos educadores sobre as crianças e adolescentes; III – O Educador Social; IV – Ação educativa dos educadores sociais; V - Esportes e Jogos no PETI.

Este trabalho foi estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo tratamos sobre os direitos das crianças e adolescentes no Brasil, no que se refere ao Código de Menores (1927) e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

No segundo capítulo, discutimos sobre a Educação Social, no que diz respeito a seus objetivos, definições e locais de atuação.

No terceiro capítulo, realizamos uma revisão de literatura sobre os temas Recreação, Ludicidade e Esportes, que são vistos como uma das ações educativas mais comumente realizada pelos educadores sociais no Brasil.

No quarto capítulo vamos analisar as categorizações dos dados, com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas com os educadores sociais do PETI – Jardim Alegre – PR e dos relatórios das observações realizadas.

Concluimos que a ação dos educadores sociais do PETI – Jardim Alegre, precisa urgentemente ter melhorias, mais condições e preparo das atividades e dos Educadores presentes nesta instituição.

Capítulo 1 - Direitos das Crianças e Adolescentes no Brasil: a política de atendimento sócio-educativa.

Neste capítulo discutiremos aspectos da política de atendimento para as crianças e os adolescentes no Brasil, no que diz respeito ao Código de Menores de 1927, Código de Menores de 1979 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Trabalho Infantil e o PETI – Jardim Alegre-PR.

O código de 1927, segundo Liberati (2002 apud HINTZE, 2007, p. 04).

Conhecido como Código Mello Mattos em homenagem ao magistrado José Cândido Albuquerque Mello Mattos, pelo seu envolvimento em criar junto ao juizado um estabelecimento de assistência e proteção às crianças e adolescentes delinquentes e abandonadas, bem como, pela contribuição na organização do Código de Menores de 1927, Decreto 17.943-A. Sendo essa legislação sancionada depois de veementes debates nos meios políticos, jurídicos, legislativos e assistenciais.

Este Código trata do menor em situação irregular, visando superar a visão do Estado daquele momento, diferenciando o menor delinquente e menor abandonado (PAES, 2013).

Para caracterização do menor em situação irregular, Pastorelli (2001, apud LOPES, 2012, p.14) aponta que são os “[...] abandonados, expostos, carentes, ou que apresentassem desvio de conduta, estas crianças e adolescentes estavam em situação irregular.

Estes menores eram encontrados de diversas maneiras, às vezes vivendo em situações precárias em locais abandonados, muitas vezes em grupos, e para sobreviverem acabavam muitas vezes realizando pequenos furtos, por estes entre outros motivos acabavam mal vistos pela sociedade, com isso passavam a serem denunciados para serem recolhidos a instituições específicas.

Até o ano de 1935, os menores que cometiam delitos ou eram pegos nas ruas, eram conduzidos a instituições onde ficavam detidos. Revogando a lei que regia esta forma de tratamento, em 1940 houve uma mudança no Código de Menores, onde a idade penal passou a ser de 18 anos, desta forma os menores infratores eram enviados a reformatórios (PAES, 2013).

Em 1964 através de um golpe, os militares assumem o poder do Estado, extinguindo o SAM (Serviço de Assistência ao Menor), e criando a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-estar do Menor), com a função de formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor em todo o território nacional (PAES, 2013). Para que os Estados brasileiros pudessem auxiliar no controle dos menores em situação de abandono ou delinquente, criou-se então a FEBEM (Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor) esta que tinha o intuito de, formular e implantar programas de atendimento a menores em situação irregular, prevenindo-lhes a marginalização e oferecendo-lhes oportunidades de promoção social.

A partir deste fato, os menores em situação irregular eram encaminhados as unidades da FEBEM. No que se refere à criação das FEBEMs, Paes (2013, s/p) diz:

O sistema concreto institucional foi criado no espírito da Doutrina da Segurança Nacional, que militarizou a disciplina dentro dos internatos que, a partir de agora, já encerram definitivamente suas portas para a sociedade. A trajetória da criança ia da polícia diretamente até as unidades de recepção da FEBEM.

Com o fim da ditadura militar brasileira começaram a surgir debates para reformulação destes códigos que passaram a ser criticados, pois as medidas tomadas com os menores em situação irregular eram muito drásticas. “[...] A promulgação da Constituição da República, em 1988 e do ECA, em 1990, marcou o início da nova fase desinstitucionalizadora, caracterizada pela política de maior atenção as crianças desamparadas”. (PAES, 2013, s/p).

Com a realização de vários debates, após muitas críticas aos Códigos de Menores, decidiram então criar uma lei que buscasse proteger toda e qualquer criança independentemente de sua classe social, igualando os direitos de todas. Segundo Silva (2007, s/p):

Em 1990, após várias discussões e críticas feitas aos Códigos de Menores de 1927 e de 1979, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº8069/90 – que visa romper com a visão “menorista” e preconiza que o atendimento deve ser voltado para toda criança ou adolescente independente da sua condição financeira, ética e social, caracterizando esses seres humanos como sujeitos de direitos.

Na década de 90, foi sancionada a lei nº 8.069/1990, que buscava a modificação do olhar da sociedade brasileira sobre as crianças e adolescentes, sendo que a partir desta data não apenas em situação irregular e sim todas as crianças e adolescentes, essa lei torna-se muito importante para qualquer ação referente às crianças e adolescentes. (BOMBARDA, 2010 apud LOPES 2012).

No ECA (1990), então é estabelecida a diferenciação entre quem é criança e adolescente na legislação. Podemos observar esta divisão no Art. 2º do ECA, que nos diz:

Art. 2º. Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze (12) anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze (12) e dezoito (18) anos de idade.

Parágrafo Único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito (18) e vinte e um (21) anos de idade. (BRASIL, 2010, p. 13).

Segundo Lopes (2012, p. 16), “O ECA é composto por 267 artigos, que garantem os direitos e deveres das crianças e adolescentes, determinando também os deveres da sociedade, à família, à comunidade e ao Estado em relação às crianças e adolescentes”.

Com a criação do ECA (1990), toda e qualquer criança goza dos mesmos direitos, visando que uma criança encontrada sob maus tratos ou em situação de abandono não fosse discriminada por isso e tratada de forma errônea, como preconizava os códigos anteriores.

No que se refere aos direitos da criança, o ECA (1990) diz em seu Art. 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 2010, p.13)

O ECA ainda reforça em seu Art. 5º, “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei de qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 2010, p. 14).

Diferentemente do que acontecia no Código de Menores, onde as crianças eram recolhidas e levadas a reformatórios, com a criação do ECA, estas passam a ter direito de moradia, sendo dever do Estado, da sociedade e da família propiciar isto a ela.

Segundo o artigo 4 da lei nº 8.069, os direitos e deveres das crianças e adolescentes devem ser de responsabilidade da família, sociedade e Estado:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2010, p.13).

O ECA cria duas novas instâncias: Conselho tutelar (CT) e o Conselho de direitos para que os direitos das crianças fossem respeitados e defendidos, o Estado criou um conselho para que “fiscalizasse” se isso ocorreria da maneira correta, estes conselhos são os conselhos tutelares, que visam defender os direitos das crianças e adolescentes descritos no ECA, sendo que qualquer infração ao mesmo, esteja cometendo uma infração perante a lei. O conselho tutelar é um órgão vinculado à prefeitura e é autônomo nas suas decisões (PASTORELLI, 2001, apud LOPES, 2012, p. 18)

O Conselho Tutelar, regido pelo ECA (1990) em seu Art. 131 e 132 diz:

Art. 131. Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento de direitos da criança e do adolescente, definidos nessa lei;

Art. 132. Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução (Redação dada pela Lei nº 8.242, de 12.10.1991). (BRASIL, 2010, p.77)

A implantação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, é estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente, de acordo com o artigo 88, são diretrizes da política de atendimento:

II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais (BRASIL, 2010).

O conselho existe para proteger as crianças e adolescentes que estão com seus direitos ameaçados ou violados, e CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é um órgão normativo, consultivo e deliberativo (PASTORELLI, 2001, apud LOPES, 2012, p. 18)

O trabalho infantil é uma das formas de violação de direitos previstas no ECA (1990).

No que se refere ao trabalho infantil, o ECA nos trás em seu Art. 60 o seguinte:

Art. 60. “É proibido qualquer trabalho de menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz (vide constituição)” (BRASIL, 2010).

Art. 61 “Ao adolescente empregado, aprendiz em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado o trabalho”:

I – Noturno realizado entre as 22 horas de um dia a cinco (5) hrs do dia seguinte.

II - Perigoso Insalubre e penoso.

III – Realizado em locais prediais, à sua formação ao seu desenvolvimento física, psíquico, moral e social.

IV – Realizado em horários e locais que não permitam freqüência à escola (BRASIL, 2010).

Como uma forma de combate ao trabalho infantil, que era muito comum até o fim da década de 90, e ainda com vestígios até os dias atuais, o Governo Federal decidiu então criar um programa que auxiliasse o combate a qualquer forma de trabalho infantil. Surgiram então os programas de contra turno social, estes que aconteciam em período diferente ao escolar, para que as crianças e adolescentes tivessem um lugar para ficar e não precisassem então ir trabalhar, tendo seu direito de brincar violado.

As crianças que tiveram seus direitos violados identificados devem ser encaminhadas ao Conselho Tutelar da cidade, onde estas poderão ser encaminhadas para programas de contra turno, se na cidade tiver unidades de

contra turno ou outra forma de atendimento, como as realizadas pelos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

Segundo Brasil (2006, s/p) “Estes programas de contra turno social devem ser elaborados como ações educativas onde a preocupação não seja apenas ocupar as crianças e sim como intervenções educativas que visem o desenvolvimento destas crianças”.

Segundo Natali (2009, p. 974) diz:

No Estado do Paraná, esses programas são denominados de contra turno. A característica destes programas é o atendimento às crianças em horários diferenciados do período escolar. Entretanto, em alguns municípios, existem diferenças entre os programas de contra turno ofertado pelos órgãos governamentais e aqueles ofertados por instituições não governamentais, que são chamados de contra turno social. No geral, esses programas de contra turno social oferecem atividades lúdicas, culturais, e alguns, oferecem também, atividades de reforço escolar.

Dentre os vários programas do Governo Federal que atuam na forma de contra turno, existe um que visa combater o trabalho infantil, que é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Este [...] “é um programa do Governo Federal que visa erradicar todas as formas de trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos e garantir que frequentem a escola e atividades sócio-educativas” (BRASIL, 2006, s/p).

Segundo Brasil (2006, s/p) “Esse programa, gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é desenvolvido em parceria com os diversos setores dos governos estaduais, municipais e da sociedade civil”.

Para que as crianças parassem de trabalhar e frequentassem o Programa PETI, decidiu-se então dar um auxílio para as crianças que se enquadrassem nos devidos critérios, isso acontecia como forma de pagamento aos pais para manterem as crianças longe das práticas de trabalho.

Segundo Carvalho (2004, p.51) diz:

Priorizando o atendimento às famílias com uma renda percapita de até meio salário mínimo, ou seja, que vivem em situação de extrema pobreza, o PETI oferece uma compensação financeira para a retirada das crianças do trabalho, uma bolsa no valor de R\$ 25,00 por criança nas áreas rurais e de R\$ 40,00 nas áreas urbanas.

Esta bolsa visa “ressarcir” os pais pelo trabalho que o filho faria, sendo que para receber a mesma, as crianças devem manter uma frequência de participação no programa.

Nossa pesquisa tem seu olhar voltado para uma unidade deste programa, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI de Jardim Alegre, que criado em 2006, sob a Lei (a Assistente Social e a Coordenadora do PETI, não souberam informar a lei que regulamenta o programa), com o intuito de erradicar todas as formas de trabalho infantil do município.

Segundo informações adquiridas através de uma entrevista com a Coordenadora do Programa PETI de Jardim Alegre, este acontece na cidade de Jardim Alegre, Paraná, tendo 8 educadores sociais, sendo destes 3 contratados pela Prefeitura Municipal, possui 4 salas de aula onde as crianças são separadas por idade, uma quadra para prática de esporte e atividades lúdicas, uma cozinha onde são preparadas as refeições das crianças e um refeitório onde estes podem se acomodar para realizar as refeições.

Atualmente este programa atende em dois turnos, matutino e vespertino, atingindo cerca de 150 crianças com idade entre 05 a 15 anos incompletos (após completar os 15 anos de idade, o adolescente para de frequentar o programa), como não possui outros programas de Contra Turno Social, as crianças as vezes voltam para a escola para fazer reforço, ou entram em atividades físicas como treinos de futebol, futsal, basquete, vôlei e handebol.

Para realizar a matrícula das crianças e adolescentes, os pais ou responsáveis pelos indivíduos devem se dirigir até a secretaria do Programa para preencherem o termo de matrícula para que os indivíduos possam frequentar o Programa. A coordenadora disse também que as crianças que não recebem a Bolsa Família e se enquadram no Programa PETI, recebem o benefício, porém para receberem este, e manterem a vaga, as crianças devem ter 80% ou mais de frequência aos dias de aula, porém as crianças podem ser liberadas para reforço escolar e treinamentos, desde que os pais enviem por escrito uma autorização para que seus filhos possam sair das instalações do Programa PETI.

Por fim, conclui-se que a política de atendimento as crianças e adolescentes vem sofrendo alterações desde o Código de Menores (1927), novo Código de Menores (1979) chegando ao ECA (1990) que é o que rege e defende os Direitos da Crianças e do Adolescente tendo este o caráter assistencialista,

deixando então de ter o caráter punitivo, tratando menores em situação de risco, como delinquentes, ao invés disso, estes menores passaram a ser inseridos em programas de contra turno.

Capítulo 2 - Educação Social

Diferentemente das escolas de ensino regular que apresentam uma forma de educação sistematizada e organizada através de leis, a educação social é uma área em construção no país, constituindo-se como uma área da educação que objetiva principalmente a promoção cultural e social das pessoas com direitos violados.

No que diz respeito à Educação Social, Souza e Müller (2009, p. 3204) apontam que:

A educação social, principalmente a partir da década de 90, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, passa a ser uma forma de ofertar ao sujeito uma formação diferenciada da escola, é uma alternativa educativa que pode promover o entendimento social, político e cultural de uma realidade que é ligada, mas diferente da realidade escolar.

Há algumas limitações para a educação formal no que se refere a inclusão social, por isso se torna necessário procurar possibilidades diferenciadas para práticas de educação popular ou educação social para que esses indivíduos possam construir sua identidade, recuperar a autoestima, se preparar profissionalmente e se desenvolver política e socialmente (CASTELEIRO, NETO, MOURA, 2009 apud SOUZA e MÜLLER, 2009).

Segundo Souza e Müller (2009, p.3206) dizem: “Educação Social é a ação fundamentada no reconhecimento e defesa dos direitos humanos, é uma intervenção educativa que atua na vida e no contexto do ser humano”. Desta forma, a Educação Social em nosso país manifesta-se de diversas formas como no caso deste estudo, no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI.

Os sujeitos que atuam na Educação Social, são os educadores sociais, os educadores sociais têm grandes desafios, entre eles as ações da sua prática pedagógica, pois ele não atua como um professor de escola regular, que segue uma estrutura de ensino, com conteúdos pré-determinados.

Outro desafio é o fato de atuarem em diversas áreas, que, segundo Natali e Paula (2009, p.3158) “[...] como em presídios, asilos, em instituições de cumprimento de medidas sócio educativas, programas de redução de danos de

drogas, em instituições de contra turno social que atendem crianças e adolescentes em situação de risco entre outros espaços”.

Segundo Natali e Paula (2009), “A atuação do educador social, é difícil e constantemente exige dele, uma reflexão de suas práticas, onde estas devem estar em conexão a um projeto maior, que supere a simples execução de atividades”.

Como o educador social, trata com indivíduos às vezes com muitos direitos violados, podendo ser de violações de diferentes âmbitos, o educador social, deve saber como tratar esses sujeitos de modo que não os exclua das atividades ou reflexões.

Segundo Lima e Bridi (2013, p. 17210) o:

Educador Social deve buscar a reflexão sobre a realidade de cada sujeito, em que por meio da formação de grupos de sócio-educativos e de convivência, pode oportunizar espaços de fortalecimento de vínculos, de interação grupal, prática cidadã, criatividade, protagonista, diálogo, respeito, solidariedade, comprometimento, auto-estima, liderança e crescimento profissional, despertado nos participantes, novos olhares críticos em relação à sociedade e a sua própria atuação como cidadão.

No Brasil diante de inúmeras pessoas que vivem a situação dos direitos violados, começa a ser utilizada como estratégia a educação social.

O Estado lançou vários programas, sendo alguns ou a maioria destes, de atendimento em contra turno social, ou seja, de atendimento em horário diferente do horário escolar. Como já explicado, os educadores desses contra turnos, não necessitam ter formação acadêmica para trabalhar, o exigido é o segundo grau completo ou estar estudando.

No que se refere as categorias fundamentais para o trabalho com a educação social, Müller e Rodrigues (2002) destacam alguns pontos.

- Respeito: A autora diz que o respeito, acima de tudo é atuar considerando os direitos e os deveres respeitando as sempre as expressões sendo estas culturais, de relação, desejos, linguagem, organização, opção político-partidária e de religião.
- Compromisso: o compromisso deve ser de ambas as partes, tanto do educando como do educador, o educando participando das aulas, realizando as atividades propostas pelo professor, e o professor de ter o compromisso de estar nas atividades nos dias e horas corretos.

- Inclusão: A inclusão nas atividades lúdicas é um direito do cidadão, independentemente de idade, sexo, raça, religião, biótipos, entre outras diferenciações.
- Participação: A participação das crianças nos jogos é facultativa, podendo escolher o que irão fazer podendo ou não ficar no local onde serão realizadas as atividades. Se optarem por ficar, estes deverão seguir as regras das atividades propostas.
- Diálogo: o diálogo é uma expressão corporal humana, que permite a expressão-comunicação, principalmente na infância, através da participação em jogos simbólicos, recreativos, regulamentados coletivos e cooperativos, tendo em vista o processo de socialização.

Com esses princípios básicos, a educação social possivelmente atingirá seus objetivos, pois se o indivíduo tiver seus direitos respeitados, conseqüentemente respeitará também seu educador, podendo então, participar das atividades propostas pelos educadores, tendo assim uma possível promoção cultural e social.

Contudo, os educadores poderiam fazer o seu trabalho mais efetivamente, tendo em vista a participação das crianças, portanto conseguindo transmitir seus conhecimentos sempre respeitando cada indivíduo da forma que ele é, e ensinando e defendendo seus direitos.

Capítulo 3 - Recreação, Ludicidade e Esportes:

Neste capítulo estudaremos as categorias Recreação, Lúdico e Esporte. Estas categorias foram escolhidas, pois no cenário atual dos projetos de educação social no Brasil a maioria das atividades desenvolvidas com as crianças e adolescentes com direitos violados valem-se destas manifestações.

3.1 - Recreação

Muitas ações educativas utilizam o termo recreação para designar algumas atividades do seu cotidiano, entretanto este saber instrumento (MARCASSA, 2004) precisa ser foco de reflexão, para apresentar as diferentes compreensões sobre a área no que diz respeito a concepções e formas de intervenção.

Sobre a maneira que é vista a recreação no Brasil, Gomes (2004, p. 196) revela:

No Brasil, é possível dizer que a recreação está intimamente relacionada à própria história da educação, da escola e, especialmente, do ensino público primário. Sua ocorrência, porém, pode ser observada ao longo de todo o século XIX, contexto em que aparece como componente de um modelo educativo que ficou conhecido: como médico-higienista. Tal modelo disseminou idéias e programas a respeito da saúde, da aquisição de hábitos higiênicos, da atenção sobre a infância e do bem-estar físico e moral, desenvolvendo um projeto de controle corporal da população brasileira que visava modificar os comportamentos e os modos de vida herdada da tradição colonial.

Nota-se então que a visão de recreação como um tempo livre, foi superada pela visão de recreação como tempo para higienização e bem estar do corpo, ou seja, a saúde da pessoa passou a ser importante, Gomes (2004, p.197) diz: “[...] a recreação já aparece como importante instrumento pedagógico, cuja orientação era disciplinar o corpo no sentido de que, no tempo livre, não se

flexibilizasse com a preguiça”. Sendo assim, os momentos de recreação deviam ser melhores aproveitados para o cuidado do corpo, e não para ficar sem fazer nada.

Teixeira e Figueiredo (1970 apud MARCASSA, 2004, p. 201), afirmam ser função da recreação: “[...] emprego adequado do tempo livre, recuperação da força de trabalho, o que resulta em benefícios para a própria indústria, pois o operário descansado, restaurado, saudável, contente e alegre, sentir-se-á feliz e, produzirá muito mais, e mais barato”.

Analisando que nessa concepção a recreação era entendida como um momento livre, porém com a prática de alguma atividade para que o indivíduo não se tornasse “vagabundo”, pode-se dizer então, que a recreação era uma forma de educação física, pois mesmo com um tempo livre, o trabalhador deveria se manter ativo de alguma maneira, através de uma caminhada, exercícios de alongamento e relaxamento, o que segundo Gomes (2004, p.196) “É possível dizer que a recreação é a prima próxima da Educação Física”.

Com o passar do tempo, a visão sobre a recreação foi tendo algumas modificações, porém, uma parte da filosofia do que seria esta, ainda prevalece até hoje. Nas aulas de educação física, sabendo que o professor irá criar situações para que os alunos possam recrear-se, sendo que estes poderão brincar e se divertir, porém seguindo as atividades propostas pelo professor, os alunos se sentem alegres e satisfeitos, seguindo assim o que seria para Gaelzer (1979 apud GOMES, 2004, p. 201), “[...] recreação, uma experiência que o indivíduo participa por escolha, devido ao prazer e satisfação pessoal que obtém diretamente dela”.

A recreação pode ser muito importante tanto para as crianças como para os adultos, segundo Tosesti (apud Lima, 2007, p. 02) “A recreação é muito importante para o ser humano não só para a criança. Todos nós precisamos dos nossos momentos de lazer”.

No que se refere à recreação, Lima (2007, p.02) aponta que a “[...] recreação pode ser definida como toda atividade espontânea em que o indivíduo participa individual ou também coletivamente, podendo assim melhorar a qualidade de vida, mental e física”. Em contraponto, Gomes (2004 p.198) diz: “[...] recreação manifesta-se como coadjuvante do processo educativo para o alcance da recuperação das forças para o retorno ao trabalho, incluso aí o trabalho escolar, a diminuição da delinquência e a ocupação adequada do tempo livre”.

Marcassa (2004, p. 202) no que se refere a recreação conclui:

Talvez seja necessário compreendermos que na atualidade a recreação se converteu e se consolidou como um saber-instrumento que foi apropriado pela escola, pelo lazer, pela família, pela igreja, pelo esporte, enfim, pelas diferentes instituições sociais que fazem dela uma manifestação com conteúdos, características e qualidades ajustáveis aos diferentes contextos e situações sociais.

3.2 - Lúdico

O lúdico é uma palavra usada frequentemente no vocabulário brasileiro, sendo empregada em diferentes situações, muitas vezes tendo o seu real significado, não conhecido inteiramente. Entende-se de maneira geral, por lúdico, as atividades que geram prazer, divertimento e alegria, seja pessoal ou coletivo, “Atualmente, o lúdico é uma palavra empregada no vocabulário corrente da língua portuguesa, mas o mesmo encaminhamento não é verificado em outras línguas que desconhecem este termo, tampouco os seus significados” (GOMES, 2004, p.141).

Segundo Bracht (2003 apud GOMES, 2004, p. 142) diz:

[...] o lúdico é muito usado nos estudos sobre o lazer no Brasil. O que chama a atenção não apenas a recorrência da expressão "lúdico" nos estudos sobre o lazer, como também a ausência de preocupações em precisar o significado com que se usa essa palavra.

Muitos estudiosos procuram em dicionários, livros e enciclopédias, uma melhor definição para o lúdico. Ferreira (1986 apud GOMES, 2004, p. 142) diz: “Nos dicionários de português, lúdico é qualificado como adjetivo que tem caráter de jogos, brinquedos e divertimentos os quais constituem "a atividade lúdica das crianças".

Segundo os autores, lúdico pode ser definido como uma palavra ligada diretamente a jogos e brincadeiras. Todas as atividades que envolvam jogos e brincadeiras, então são vistas como atividades lúdicas, objetivando sempre o divertimento e o prazer em realizar estas, entretanto esta definição é limitada, existem análises sobre esta dimensão que a entendem como “[...] uma das dimensões da linguagem humana, possibilidade de expressão do sujeito criador que se torna capaz de dar significado a sua existência” (DEBORTOLI, 2002 apud GOMES, 2004, p. 145).

Uma destas dimensões é o brincar, segundo Santos (1999 apud SANTOS, 2010, p.4) diz:

Para a criança, “brincar é viver”. Esta é uma afirmativa muito usada e bem aceita, pois como a própria história da humanidade nos mostra, as crianças sempre brincaram e brincam, e certamente, continuarão brincando. Sabemos que ela brinca porque gosta de brincar e que, quando isso não acontece, alguma coisa pode estar errada. Algumas brincam por prazer, outras brincam para aliviarem angústias, sentimentos ruins.

O brincar sempre esteve presente na vida das crianças, sendo uma prática livre, sem regras e sem limites, podendo a criança imaginar inúmeras coisas, que muitas vezes fogem da realidade em si.

Segundo Santos (1994 apud GOMES, 2004, p. 143) nos diz: “a ludicidade é fantasia, imaginação e sonhos que se constroem como um labirinto”. Este lúdico, se transforma de cada indivíduo para indivíduo, sendo uma atividade prazerosa, autônoma, criativa e principalmente livre.

Então, no que se refere ao lúdico, conclui-se que é uma forma de linguagem, da vida do homem sendo importante tanto para as crianças como para os adultos terem momentos de lazer, pois podem deixar a realidade em si um pouco de lado, para descontraír, brincar e sonhar. Huizinga (apud Gomes, 2004, p. 143): “O lúdico caracteriza-se pela livre escolha, busca a satisfação pessoal”.

3.3 - O esporte

Segundo Gomes (2004), existem duas tendências quando nos referimos à definição da origem do esporte. Aponta-se que esta manifestação cultural vem desde a antiguidade, identificada nos jogos que eram praticados por diversos povos. E na outra apresenta como um projeto da modernidade, com antigas práticas corporais, porém muito diferente dos jogos antigos. Melo (2010, p.51) diz: “Os povos da Antiguidade tinham um conjunto de práticas corporais, com algum grau de institucionalização”. Ou seja, mesmo na antiguidade os povos já praticavam

esportes, não da forma que temos na atualidade, mas como algumas práticas corporais.

O esporte moderno ou sistematizado é considerado um dos maiores e principais produtos da indústria cultural, por ser um dos mais procurados e notados atualmente. Melo (2004, p. 80) diz: “Não é equivocado afirmar que o esporte foi uma das mais influentes manifestações culturais do século passado”.

No que se refere à sistematização do esporte para a população, Gomes (2004, p. 81) diz:

O esporte recém-sistematizado passa, então, a ser oferecido como uma diversão "apropriada" à população, como forma de substituição dos antigos jogos populares condenados. A mesma população que vira a sua possibilidade de jogar subtraída e perseguida passa a ter o "direito" de acesso ao espetáculo esportivo.

Porém, a população não podia participar efetivamente destes jogos, somente na forma passiva, ou seja, apenas assistiam. Podemos ver essa característica até hoje, em todos os jogos de “profissionais”, a população apenas pode torcer, ou seja, participar de forma passiva dos jogos modernos.

Uma das primeiras práticas esportivas em muitos países, inclusive no Brasil, foi o Turfe, este que era o modelo de esporte da época, pois era uma corrida de cavalo em que o Jóquei apenas o conduzia, então quem fazia o exercício físico, era apenas o animal.

O esporte e a atividade física passam a estar mais ligados devido a algumas preocupações com a saneabilidade e com a saúde da população. No que se refere a relação entre esporte e atividade física, Gomes (2004, p. 82) diz:

O acirrar da relação entre o esporte e a atividade física se dá com o aumento das preocupações com a saneabilidade das cidades e com a saúde da população, que se desenvolveram em muitos países dados os desdobramentos do avanço da industrialização e da rápida urbanização.

Na atualidade, o esporte ainda tem influência do passado, por se tratar um espetáculo que é cobrado para a participação passiva, ou seja, como meros

torcedores. Porém atualmente, o esporte no mundo pode ser visto como uma das formas de lazer mais vistas e diversificada.

Quando entendemos o esporte como uma forma de lazer, infelizmente no Brasil, não é muito diversificada, sofremos uma monocultura do futebol. O tempo de exibição do futebol nos meios de comunicação em massa, supera e muito a exibição dos outros meios esportivos.

Gomes (2004, p.84) no que se refere ao esporte conclui:

[...] o esporte não se trata, como nunca se tratou, de uma ingênua diversão. É uma manifestação cultural poderosa, influente, que envolve emocionalmente um grande número de pessoas e que hoje se apresenta como uma eficaz forma de negócios, capaz de mexer com sonhos e difundir idéias, comportamentos, atitudes.

Encontramos nos dias atuais, 3 definições de esporte, sendo estas, Esporte Educacional, Esporte de Participação e Esporte de Rendimento.

O Esporte Educacional pode ser definido como, “Quando pode ser usufruído como um bem cultural, tanto na ótica do gosto pessoal como na busca da maximização do rendimento, garantido o direito ao uso das instalações e materiais adequados a ambos os fins” (BRASIL, 2005, p.25).

O Esporte de Participação, este, “[...] deve preservar o sentimento lúdico, caracterizado pela livre escolha, busca da satisfação e construção, pelos próprios sujeitos envolvidos, dos valores étnicos e políticos a serem materializados (BRASIL, 2005, p. 25). Esta modalidade de esporte é praticada sem a sistematização, sendo assim, o indivíduo vivencia as atividades esportivas lúdicas de uma forma mais espontânea e conseqüentemente mais prazerosa.

O Esporte de Rendimento tem um caráter mais crítico, sendo que visa sempre o maior rendimento do atleta ou paraatletas, podemos analisar esta, nas palavras do autor, Brasil (2005, p. 26) diz: “[...] a prática esportiva que busca a máxima performance do atleta, visando recordes nas modalidades em que é praticado”. O Esporte de Rendimento é usado mais comum em escolas técnicas, visando com este, desenvolver atletas para a conquista de medalhas e/ou quebra de recordes nas competições a serem disputadas. “a maximização do rendimento é alcançada a partir da sistemática, própria do processo de formação esportiva,

treinamento e aperfeiçoamento técnico de atletas e paraatletas (BRASIL, 2005 p. 26).

No PETI, a modalidade de esporte que pretende ser desenvolvida, é o esporte de participação, este pode ser um grande aliado, um conteúdo a ser trabalhado na Educação Social, podendo visar à promoção da emancipação das crianças e adolescentes com direitos violados.

No que diz respeito ao Esporte e educação física em contra turnos sociais, Correia (2008, p. 115) diz:

[...] a educação física, o esporte e o lazer são incorporados como objetos ou instrumentos de projetos, dotados de “boas” e “más” intenções. De uma forma ou de outra, muitas vezes, esses projetos não dão conta de atingirem objetivos tão grandiosos, pois, muitas vezes, não conseguem efetivar simples mudanças na realidade local.

O autor diz que muitas vezes não atingem grandes objetivos, porém retiram as crianças que estão em situação de risco social.

Segundo Ander-Egg e Idáñes (1997 apud CORREIA, 2008, p. 120), “bons projetos sociais não dependem apenas de boas intenções, mas também de eficiência operativa, a qual significa a capacidade de transformar ideias em ações”.

Seguindo o pensamento do autor, voltamos a pensar sobre os educadores que não são capacitados para trabalharem com esportes em projetos sociais e somente as “boas intenções” não são o suficiente para suprir a necessidade das crianças e adolescentes com direitos violados.

Segundo Tabares (2006 apud CORREIA, 2008, p.94):

[...] o esporte e o lazer como um dos mais importantes “mediadores do desenvolvimento humano”. Por essa razão, eles vêm sendo incluídos em diversas ações governamentais e não-governamentais com o objetivo de suprir as “carências” de alguns grupos socialmente desfavorecidos.

Contudo, o esporte e lazer, trabalhados nos programas de Contra Turno Social, podem suprir algumas necessidades nas crianças e adolescentes com direitos violados, entretanto a forma e objetivos destas ações devem ser problematizadas e serem objeto de reflexão em consonância com os objetivos da Educação Social.

Apontamos que as categorias Recreação, o Lúdico e o Esporte, poderiam e deveriam ser problematizadas, estudadas no contexto da educação social, pois estão presentes constantemente nesta prática com as crianças e adolescentes com direitos violados.

Capítulo 4 – Categorização da Análise de Dados

Neste capítulo será estabelecida relações e análises sobre educadoras sociais e os relatórios das observações. Esta análise foi organizada em 5 categorias: I - O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – Jardim Alegre – Paraná; II – Visão dos educadores sobre as crianças e adolescentes; III - O Educador Social do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; IV – Ações educativas dos Educadores do PETI. V – Esportes no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

4.1 – Categoria I – O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – Jardim Alegre - Paraná.

Nesta categoria discutiremos sobre os temas funcionamento, horários, rotinas e estrutura do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

O programa PETI de Jardim Alegre, desde sua fundação em 06 de agosto de 2006, na Gestão do Prefeito Mauro Oriane, possui as mesmas instalações e não passou por nenhuma reforma estrutural, contando apenas com uma cozinha onde são preparadas as refeições diárias, um banheiro masculino e um feminino para os educandos e um para os educadores, coordenadoras e as cozinheiras e as funcionárias da limpeza, possui uma sala de coordenação, uma sala de oficina de informática e quatro “salas de aula”, possui uma área aberta grande, uma quadra de cimento que não é cercada, nem coberta e no momento não possuía gols nem tabelas, pois estes tinham sido quebrados e uma quadra de areia.

Os pagamentos do PETI são feitos através da Prefeitura Municipal, onde são contratados estagiários para desenvolverem o projeto, juntamente com a equipe pedagógica, que possui duas professoras contratadas da prefeitura, e duas com cargos comissionados, sendo estas da secretaria do programa.

A rotina de frequência e horários também se mantiveram desde o início da mesma forma, sendo das 08h00min as 08h15min o horário do café da manhã. As oficinas iniciam as 08h20min e as 09h30min encerra o primeiro horário, das 09h30min as 10h40min segundo horário de oficinas e das 10h40min às 11h50min terceiro horário de oficinas, nestes horários os educandos ficam nas “salas de aula”,

informática e no esporte e as atividades variam conforme o dia da semana. Das 12h00min às 12h30min os educandos almoçam e vão para o ponto pegar o ônibus para irem para a escola. No período da tarde, os educandos que chegam de ônibus no PETI, almoçam e as oficinas iniciam as 13h00min, às 14h10min encerra o primeiro horário de oficina, das 14h10min às 15h20min o segundo horário de oficinas e das 15h20min às 15h40min é servido o café da tarde para as crianças, e das 15h40min às 16h50min o terceiro horário de oficinas, depois do terceiro horário da tarde, os alunos são dispensados e ficam esperando o ônibus na companhia de uma educadora que vai no ônibus junto com eles e os outros vão para a casa caminhando acompanhados dos responsáveis e alguns sozinhos.

No Programa PETI, a estrutura não chega a ser precária, mas necessita de algumas modificações para melhor atender as crianças e adolescentes que frequentam esta unidade, como relatam as educadoras.

O projeto social deveria ter um espaço físico maior. (Entrevistada I)

[...] as dependências do programa são razoavelmente boas, à falta de espaço físico e materiais de apoio e quando chove são inúmeras goteiras, não podemos sair da sala porque não há nenhum outro espaço que possamos ir. (Entrevistada II)

Por se tratar de uma estrutura dependente do Estado e com uma verba, que segundo a administração do programa é pequena, reformas que seriam necessárias na estrutura do PETI muitas vezes são deixadas de lado, pela Prefeitura Municipal que alega não ter verba suficiente para arcar com os gastos, tendo em vista que o Estado “passa” uma verba fixa e que praticamente inteira é voltada para a alimentação dos educandos.

Na questão do funcionamento, horários e rotinas educativas do PETI – Jardim Alegre, depende muito do clima, pois no caso de dias chuvosos, as educadoras não saem de suas respectivas salas por falta de infra estrutura, ou seja, um local para que as crianças pudessem realizar as atividades propostas.

O PETI conseguiu junto a Secretaria de Educação e Transportes, um microônibus para fazer o transporte de algumas crianças, porém não cabem todas as crianças apenas neste, a solução encontrada então foi colocar os demais em outros ônibus que fazem o transporte escolar e que tinham lugares vazios. Então,

algumas crianças e adolescentes vão com o ônibus do PETI e outras com o ônibus da creche municipal, isso acontece, tanto no período matutino como no vespertino.

O PETI no período da tarde recebe alunos das 12h00min horas até as 17h00min. Estes alunos saem de suas casas e chegam no ônibus que faz o transporte escolar municipal, para acompanhar os alunos nos ônibus, e quando vão embora, uma educadora do PETI vai junto no ônibus, outros alunos, vão até a unidade do PETI com os responsáveis ou até mesmo sozinhos. (Relatório I)

É discutido as atividades que serão realizadas, geralmente no início do ano, quando as educadoras se reúnem para a realização do planejamento anual, porém, cada uma possui o seu, não tendo que seguir a rigor um planejamento estipulado pela coordenação.

O planejamento das atividades é elaborado a partir das ideias dos instrutores que propõe a coordenação um conjunto de temas que serão trabalhados no decorrer do ano, e a metodologia é individual da parte de cada instrutor. (Entrevistada III)

[...] os professores se reúnem para discutir e planejar as atividades ao longo do ano, porém a maior parte das atividades realizadas são os professores que trazem de casa, o planejamento só fala sobre as datas comemorativas que serão realizadas durante o ano para que os professores realizem as atividades como, por exemplo: Páscoa, Dia das Mães, Festa Junina, Dia dos Pais, Dia das Crianças, Natal, etc. (Entrevistada V)

Grande parte das atividades realizadas no PETI são os professores que preparam e traz de casa, diferente das escolas de ensino regular que devem seguir o planejamento anual de cada matéria. O único planejamento que se segue é o relacionado às datas comemorativas, onde as atividades devem ser correspondentes as datas. (Entrevistada IV)

No que se refere ao planejamento das instituições de contra turno social, Lopes (2012 p. 49) diz: “Os educadores sociais atuantes nas instituições de contra turno social, devem atuar com propostas sócio educativas, por meio de traduções culturais existentes e na reconstrução de alguns valores já existentes”, entretanto o que observamos, no que se refere ao planejamento e ação pedagógica é que esta dimensão não é contemplada, a ação educativa está mais relacionada ao preenchimento do tempo livre das crianças e adolescentes.

O funcionamento do PETI – Jardim Alegre, é igual o das escolas, quando as escolas entram de férias, o PETI também entra, voltando uma semana antes das aulas escolares. Na questão do funcionamento diário do Programa, a Entrevistada III diz:

Ao chegar à instituição (07h30min) direciono as crianças e adolescentes (conforme elas vão chegando) à uma sala onde na televisão passa filmes que variam de dia em dia. Ao dar a hora do café da manhã (08h00min) as crianças saem da sala e sentam no pátio e junto aos outros instrutores sirvo o café da manhã a eles e tomo café da manhã junto a eles no pátio. Uns vinte minutos depois batem um sinal e os alunos entram nas suas respectivas salas, onde junto com seus educadores realizarão as atividades do dia. Das 11h15min às 11h30min eu almoço junto com as crianças do período da manhã, e por fim acaba o meu período matutino. Das 12h00min às 12h30min as crianças do período da manhã entram no ônibus para irem para a escola e as que frequentam o PETI no período da tarde descem e vão almoçar as 13h00min todas as crianças entram em suas respectivas salas. No entremeio dessas atividades tem o intervalo (15h00min), onde junto às crianças tomo o café da tarde. As 16h00min encerra o meu período vespertino. (Entrevistada III)

As condições de trabalho para os educadores sociais no Brasil não são muito boa, pois muitas vezes falta o básico para se educar, como materiais ou estrutura, e se tratando de crianças com direitos violados, os educadores e as ações educativas assumem um papel com características assistenciais e de tutela.

Contudo, as dificuldades encontradas no Programa PETI – Jardim Alegre tentam ser superadas pelas educadoras, pois muitas vêem as dificuldades como mínimas perto da carência e das dificuldades encontradas no cotidiano das crianças e adolescentes que frequentam a instituição.

[...] já o projeto fazemos o possível para adequarmos ao que temos para desenvolver um bom trabalho (Entrevistada I)

A instituição PETI, tem uma finalidade muito importante que seria tirar crianças e adolescentes das ruas e inserir estas em programas de contra turno onde estas, terão seus direitos defendidos. (Entrevistada III)

Os educadores sociais compreendem que devem desenvolver um bom trabalho com as crianças e adolescentes, entretanto, as condições concretas da instituição e concepções sobre violação de direitos precisam ser reestruturadas.

Apontamos que, o PETI é uma medida emergencial e que não garante amplamente a defesa de direitos das crianças e adolescentes, ou seja, a questão da violação de direitos é mais ampla que as apontadas, por exemplo, pelo educador III.

Conclui-se a partir daí, a necessidade de repensar as condições de trabalho dos educadores sociais, de infra-estrutura e da questão salarial dos educadores sociais, para que os processos educativos ocorram bem. A educação social necessita urgentemente iniciar um processo de reflexão e sistematização para a concretização desta área da educação que está em expansão de atendimento o que não reflete muitas vezes na qualidade deste.

4.2 – Visão dos Educadores sobre as crianças e adolescentes

Nesta categoria, discutiremos a visão que os educadores sociais do PETI – Jardim Alegre apresentaram nas entrevistas realizadas sobre as crianças e adolescentes que frequentam esta unidade de contra turno social.

Após realizar a entrevista com os educadores sociais, ficou claro que estes, identificam nas crianças e adolescentes, situações de vulnerabilidade, seja de ordem afetiva quanto de estrutura econômica e familiar. Como vemos nos trechos das entrevistas das *Entrevistadas IV e V*:

A grande maioria das crianças e adolescentes que frequentam o PETI é de família com baixa renda mensal e/ou de família desestruturada. (Entrevistada IV)

[...] são as crianças com famílias extremamente pobres sendo que muita das crianças não tem o pai e a mãe morando em casa. São crianças carentes de carinho e atenção. (Entrevistada V)

Müller e Cruzelino (2002, p.23), quando relatam sobre o projeto de educação social em que atuam, apontam também diversas situações de vulnerabilidade, assim como os educadores do PETI- Jardim Alegre apontaram em suas falas:

[...] Há famílias organizadas de diversas maneiras (conhecemos apenas uma composta pelo pai, pela mãe e pelos filhos biológicos); há muitos adultos desempregados, várias crianças trabalhando, coletando papel em carroças puxada por cavalos, muita meninas trabalhando em casa e cuidando dos irmãos mais novos. Alguns

passam fome. Há crianças sorridentes, meninas grávidas e muitos adolescentes já estiveram na prisão; pessoas consumindo e traficando drogas.

Analisando as falas das educadoras entrevistadas e o relato de Müller e Cruzelino (2002), podemos concluir que a maioria das crianças que se encontram em situação de risco, não recebem atenção e educação necessária e adequada, muitas vezes pelo fato dos pais que não estiveram presentes no desenvolvimento da criança, por inúmeros motivos, o mais comum por estarem presos ou serem usuários de drogas.

Observando esta situação, as educadoras têm uma preocupação com essas crianças, de que estas tenham uma trajetória diferente de muitos pais dos educandos, que não se tornem usuárias de drogas.

Como estamos tratando de crianças carentes, inseridas em um lado crítico da sociedade, pois muitos têm os pais no mundo das drogas, então mostramos outra realidade para elas, se esforçando ao máximo para que elas não acabem na mesma situação, dependentes químicos. (Entrevistada I)

[...] evitar que estas crianças que estão em situação crítica perante a sociedade, caiam em um mundo obscuro, saiam de uma realidade infantil e acabem entrando no mundo das drogas. (Entrevistada V)

Em função da ação educativa da educação social não ter planejamento, ou um projeto fruto de intensa reflexão, as atividades desenvolvidas podem caracterizar-se apenas por preencher o tempo das crianças e adolescentes, como no caso explícito no relatório:

[...] a Instrutora sentou-se, os alunos esperando que ela passasse alguma atividade para eles, sentaram-se ao lado dela, surpreendentemente a Instrutora deles apenas ficou usando o celular e não passou nenhuma atividade naquele dia, deixando os alunos simplesmente livres para realizar as atividades que eles quisessem. Com a aula aberta para eles, às crianças começaram a subir nas árvores e brincar de se pendurarem em cipós para se divertirem. (Relatório V)

O direito da criança neste caso não está sendo respeitado, pois a professora tratou com “indiferença” que eles saíram de suas casas esperando atividades lúdicas diferenciadas do que eles vivenciam no dia a dia. A ação

educativa concreta não pode partir da premissa de um educador social “indiferente” e sim de um uma presença efetiva deste educador.

Isso pode estar relacionado com a formação das educadoras, e suas concepções sobre seu papel junto ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

No que se refere ao Educador, Freire (1996, p. 28) diz:

Não posso desgostar do que faço sob pena de não fazê-lo bem; [...] Especificamente humana a educação é gnosiológica (estuda o conhecimento humano), é diretiva, por isso política, é artística e moral, serve-se de meios, de técnicas, envolve frustrações, medos, desejos. Exige de mim, como professor, uma competência geral, um saber de sua natureza e saberes especiais, ligados à minha atividade docente.

Analisando o que o autor diz, pensamos então que uma das condições para atuar é que educador deve além de gostar do que faz, ou ao contrário, não fará seu papel corretamente, pois a educação possui várias formas para acontecer, necessitando de o professor desenvolver seu papel e realizá-la da maneira correta.

No livro “Reflexões de Quem Navega”, Müller e Cruzelino (2002) cita alguns princípios da ação educativa, sendo que o “compromisso e o respeito” fazem parte, o compromisso de estar nos dias e locais marcados com as atividades a serem realizadas, e o respeito de tratar os alunos dignamente. Analisando o que a autora aponta sobre o respeito e compromisso, as crianças e adolescentes que estavam esperando uma atividade diferenciada, acaba sendo frustrada pela indiferença da educadora, ou seja, mais uma violação de direitos no que diz respeito ao atendimento em meio aberto, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Uma forma de descaso com as crianças e adolescentes, como vimos na Observação 5 (O V), onde a professora chega no lugar combinado, porém não realiza nada com as crianças, apenas sentou-se e esperou o tempo passar.

Um projeto de educação social, que pretende a promoção cultural e social das crianças e adolescentes com direitos violados, como deveria ser o caso do PETI, não pode se caracterizar pelo descaso com seus educandos, ou com o distanciamento no que se refere a situação de vulnerabilidade, mas com uma ação efetiva e um profundo conhecimento sobre a realidade concreta das crianças e adolescentes para iniciar uma ação educativa.

4.3 - O Educador Social do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Nesta categoria iremos abordar o tema “Educador Social”, como é a formação, forma que são contratados, experiências e funções desenvolvidas no PETI – Jardim Alegre.

No programa PETI – Jardim Alegre trabalham 8 educadores sociais, dentre estes 3 são contratados e os demais estagiários. Tanto os educadores contratados como os estagiários, não passam por nenhuma forma de avaliação para ingressarem no programa, apenas são designados para os cargos. Estes educadores sociais possuem diferentes áreas de formação, nem sempre na área da educação. Esta é uma realidade em diversos programas de educação social, pois no Brasil, não possui um curso de nível superior de “educação social”, ou formação mínima exigida para esta atuação.

[...] Não, não passei por concurso para atuar, como experiência, tive o meu estágio obrigatório na faculdade e também do magistério. (Entrevistada I)

[...] não foi necessária uma formação específica. Fui contratada por indicação e não teve necessidade de ter experiência. (Entrevistada III)

No que se refere ao educador social, Muller (apud NATALI, 2010, p.02) diz: “[...] No Brasil os profissionais da educação social são dificilmente identificáveis e, por conseguinte, quase que indefiníveis. O que se pode dizer é que na educação social trabalham pessoas cuja formação, em princípio, não interessa”.

Lopes (2012, p.49) reforça:

Diante do tipo de formação ofertada na realidade educacional brasileira é complicado encontrar um educador social, que tenha formação adequada, encontrar um educador que compreenda a realidade cultural e socioeconômica, assumindo responsabilidades profissionais e sociais como educadores que almejam o caminho da transformação social.

As funções desenvolvidas pelo educador social são desenvolver junto com os educandos meios para facilitar a descoberta de novos caminhos e alternativas, sendo assim, o educador social atua como agente de transformação,

pois cabe a ele atuar junto aos educandos. Como forma de ação conjunta aos educandos, a educadora de esporte, deixou com que as crianças e adolescentes criassem algo para brincar, porém não orientava estes, apenas os deixou trabalharem sozinhos, como podemos ver na Observação 04:

[...] as crianças foram levadas para a quadra, para terem aula de esporte, os meninos queriam jogar bola, porem os gols estavam quebrados, então a atividade do dia para os meninos foram “fabricar” um gol, eles rapidamente se reuniram e foram procurar materiais, enquanto as meninas estavam brincando de pular corda, de pega o rabo, vôlei e em cima das arvores. Os meninos foram ate a marcenaria e pegaram alguns pedaços de madeira um martelo e vários pregos, e começaram a fazer os gols. Enquanto as crianças estavam se divertindo ou fazendo os gols, a professora ficou apenas olhando, sem interferir em nada, deixando as crianças livres, podendo fazer o que bem (Relatório IV).

A falta de materiais adequados pode atrapalhar as atividades recreativas e as oficinas para as crianças, porém os educadores acabam se acostumando com isso e trabalham nestas condições, apenas “esperam”.

Sem os materiais que a professora gostaria de ter, ela pegou apenas duas bolas de futsal e desceu para a quadra. (Relatório V)

[...] a falta de espaço físico e materiais de apoio para se trabalhar as atividades propostas. (Entrevistada II)

Segundo os educadores do PETI – Jardim Alegre, as funções mais importantes para um educador social seriam:

[...] funções mais importantes para um profissional do contra turno social é a de cuidar, educar, ensinar e penso eu que seja as mais importantes, dar carinho e amar. (Entrevistada II)

Penso que a principal função é dar suporte para que os alunos possam expressar suas ideias, possam brincar e se divertir. (Entrevistada V)

[...] principais funções de um profissional no contra turno social é possibilitar a criança e ao adolescente aproveitar a sua fase, ou seja, brincar, se divertir, expor as suas ideias, criar novas coisas. (Entrevistada IV)

A Educação Social de hoje, é reforçada pela Educação Popular, que segundo Muller, *et al* (2010, p.05) dizem:

É entendida como a educação que se caracteriza por avocar direitos e posicionar-se contra a injustiça, é compromissada com uma proposta emancipadora dos sujeitos e sua prática educativa é intencionalmente cultural, comunitária, política e pedagógica.

Analisando o que a autoras dizem então o tempo que as crianças passam em contra turnos, não é apenas para ser ocupada, mas sim para emancipar o indivíduo com uma prática de educação popular, da comunidade mostrando a realidade político pedagógica.

A atuação de algumas educadoras torna-se mais difícil por estarem tendo no PETI- Jardim Alegre, o primeiro contado com crianças e adolescentes com direitos violados e com um projeto de contra turno social, sendo que muitas vezes acabam ficando perdidas e não sabendo como agir diante de situações mais complicadas ou como trabalhar determinados assuntos com as crianças.

Meu primeiro contato foi diretamente pela sala de aula. (Entrevistada II)

Eles estavam muito ansiosos, algumas discussões aconteceram, brigas, as educadoras muitas vezes ficavam sem saber o que fazer. (Relatório II)

Conclui-se que os educadores sociais do PETI – Jardim Alegre e também de outras unidades de contra turno social, necessitam de uma capacitação melhor para atuarem nesta área que está em pleno crescimento em nosso país, com profissionais melhores preparados, a forma de trabalho e abordagem com as crianças e adolescentes seriam diferenciadas objetivando cada vez mais a participação e conscientização de cada indivíduo.

4.4 – Ações Educativas dos Educadores do PETI.

Nesta categoria, iremos discutir as ações educativas dos educadores sociais do PETI – Jardim Alegre, com as crianças e adolescentes com direitos violados que frequentam o programa.

A maior parte dos educadores sociais tem como ação educativa, a realização de atividades diversificadas, como por exemplo: informática, artesanato, confecção de brinquedos e jogos para os educandos, pintura, brincadeiras e assistir filmes. Visando, segundo os educadores, com estas atividades a socialização das crianças e seu desenvolvimento coletivo.

[...] necessitam de assistência para complementarem seus conhecimentos, através de atividades diversificadas, artesanato, pintura dentre outros complementos. A ludicidade está presente em todas as atividades, pois através dela os educandos tendem a se desenvolver com maior facilidade e tem prazer em realizar. Essas atividades têm como objetivo, fazer com que as crianças “trabalhem” juntas para que as atividades dêem certo. (Entrevistada I)

As crianças chegam da escola com vontade de brincar e aprender a fazer coisas diferentes das que são feitas na escola, como pintar, jogar bola, brincar de esconder, arremesso ao alvo. O objetivo destas atividades é propiciar para nossas crianças experiências diferentes como trabalho em equipe, que todos podem sair ganhando, que brincar sem violência pode ser muito legal também, como eles podem ser muito bom em outras atividades como futebol, ou em pintura. (Entrevistada V)

Estas atividades motivam essas crianças e adolescentes para frequentar o PETI, não faltando ou até mesmo deixando de ir para ficar perambulando pelas ruas. Porém, o objetivo da educação social não é apenas realizar atividades para mantê-las ocupadas, trata de posicionar-se contra a injustiça e sua ação educativa é cultural comunitária, política e pedagógica.

Inicialmente, segundo os relatos, elas ficam meio desconfiadas, no contato com os educadores sociais, porém, ao longo do tempo passam a adquirir confiança nos educadores, tratam melhor os colegas de sala, e passam a participar melhor e cada vez mais obedecer às ordens e comandos dos educadores, segundo as entrevistas realizada com os educadores.

[...] quando tentava me aproximar destas com atividades recreativas, conseguia ganhar sua confiança e os comportamentos tornavam-se diferentes, havia mais diálogo e eu passei a conhecer a verdadeira realidade de cada um. (Entrevistada IV)

Estas ações desenvolvidas com as crianças que frequentam o PETI, poderiam ser melhoradas, objetivando assim cada vez mais o desenvolvimento individual e coletivo de cada criança, fazendo com que estas aprendam a conviver melhor com as outras e percam um pouco da característica agressiva que estas estão tão acostumadas a ver.

[...] vejo que se estas crianças são bem tratadas, elas não vão querer parar de frequentar o PETI, porém se um professor for muito rígido e que queira se impor sobre os alunos, pode acontecer uma rejeição por parte das crianças acarretando um abandono a frequência ao contra turno. Como é meu primeiro contato com crianças carentes, pude notar que quando damos carinho para estas crianças estas se comportam totalmente diferente, evidenciando ainda mais a necessidade de um tratamento diferenciado para estas crianças. (Entrevistada V)

No período em que as crianças e adolescentes estão no PETI, quando não estão nas “aulas”, ficam com as educadoras nas salas, onde estes têm o auxílio da professora para realizar as atividades escolares.

Trabalho com eles em sala de aula, orientando-os nas tarefas escolares. (Entrevistada II)

Nas oficinas de informática, como as crianças não tem tanto contato com computadores, ao invés de apenas deixar as crianças jogarem, há uma educadora que ensina as crianças a usarem estes computadores.

Nas aulas de informática passo conceitos gerais como hardware, software, Windows, e atividades como: digitação, desenhos, paint e etc. (Entrevistada III)

Como nas “aulas” de informática, é uma educadora diferente da que fica na sala de aula, esse tempo livre que as educadoras têm, usam para preparar as atividades ou apenas descansam, praticando atividades como crochê ou bordado, onde às vezes algumas crianças também ficam com as educadoras e realizam estas atividades.

Conclui-se então, que as crianças e adolescentes com direitos violados, deveriam frequentar o PETI – Jardim Alegre, não somente apenas para brincarem, ou porque vão ter o que comer, mais sim porque nesses programas, elas vão ter

seus direitos respeitados, sendo tratadas de forma igualitária e não discriminadas pela sua classe social, porém a falta de preparo dos educadores e a necessidade de materiais de apoio básico pode afetar esta ação educacional.

4.5 – Esportes e atividades recreativas no Programa de Erradicação Infantil.

O esporte em si, pode ter várias definições e origens, e nesta categoria, partiremos do princípio que, esporte pode ser um conteúdo para uma ação educacional para as crianças e adolescentes com direitos violados.

Segundo Barbosa; Junior; Sabbo; (2010, p.1) dizem:

Focalizado na escola, tem por finalidade democratizar e gerar cultura pelo movimento de expressão do indivíduo em ação como manifestação social e de exercício crítico da cidadania, evitando a exclusão e a competitividade exacerbada.

Apontamos que esta compreensão pode ser aplicada na Educação Social, o esporte participação, hoje vem sendo modificado, não buscando “superatletas”, mas sim propiciando a prática deste por todos, visando uma inclusão e participação e não a exclusão e superioridade da minoria com mais habilidade.

No Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, como ação educativa, as crianças tem uma “oficina” na qual é praticado o esporte, porém pela observação realizada questionamos a qualidade desta ação educativa, pois a educadora social responsável pelo esporte, não tem formação em Educação Física e desta forma, não possui conhecimentos necessários da área esportiva, para desenvolver esta oficina junto as crianças e adolescentes que frequentam o PETI.

Nas observações, notamos a dificuldade da educadora em trabalhar esportes e atividades recreativas com as crianças e adolescentes. Como podemos ver na Observação 1, a professora propôs uma atividade que atraiu as crianças, porém sem nenhum objetivo a não ser ocupar o tempo livre das crianças com atividades “extra-salas”.

[...] A professora propôs uma brincadeira que chamou a atenção de todos, o esconde-esconde foi muito bem aceito, todos participaram. (Relatório I)

Com certeza o que eles mais gostam é do esporte, pois aqui no PETI, eles têm uma bola e a quadra para jogarem, enquanto em casa, muitas vezes jogam com litros de garrafa Pet, pois não tem condições de comprarem bolas. (Entrevistada II)

O brincar é a atividade principal da infância, entretanto a aplicação desta brincadeira assim como outras observadas, não estão articuladas a um projeto educativo. E sim ligadas a ocupação do tempo livre, no caso desta educadora, ela poderia ter proposto outras formas de atividades diferenciadas, visando melhorar as capacidades da criança.

No que se refere às atividades recreativas no PETI, na observação I tivemos as seguintes “brincadeiras”.

[...] eles jogam futebol, brincam de bets, desenham, jogam amarelinha, fazem balanços com corda nos galhos das arvores ou apenas sobem nas arvores e brincam lá, todas as atividades são as próprias crianças que se organizam, não obedecendo a nenhum critério. (Relatório I)

Analisando o que disse a Entrevistada II, as crianças gostam de jogar bola, porém o esporte não pode se resumir a isto, a brincar de “chutar” bola. Trabalhar com esporte e recreação, tem significado próprios e diversas possibilidades de intervenção pedagógica. Apontamos que nas observações, foi possível notar que as crianças jogam bola, pelo fato da educadora não propor outras atividades.

Contudo, conclui-se que o esporte praticado no PETI, é apenas um momento de descontração, visando ocupação do tempo livre, tanto para os educandos como para as educadoras de sala, que com o tempo livre para o esporte, podem preparar suas atividades. Com uma atenção maior, dedicação a esta ação educativa- dos jogos e esportes, que segundo os próprios educadores são muito importantes, a garantia do programa ser desenvolvido com mais qualidade aumentaria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – de Jardim Alegre – Paraná, no que se refere as ações educativas, atividades e rotinas desenvolvidas no período de Fevereiro a Abril de 2014., para isto, analisamos as falas dos educadores sociais e observamos as atividades desenvolvidas na instituição de contra turno social.

Partindo dos estudos que analisam o caminho percorrido pela política de atendimento a crianças e ao adolescente brasileiro, vimos que esta é marcada pelo Código de Menores de 1927, onde as crianças e adolescentes eram reconhecidos com poucos ou nenhum direito, seguido do Código de Menores de 1979, onde o atendimento as crianças e adolescentes em situação irregular eram inferiorizados. No processo de busca pela redemocratização do Brasil, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, inaugurando uma mudança na forma de defender e proteger integralmente as crianças e adolescentes.

Uma das formas de atendimento em meio aberto garantidos pelo ECA (1990) é caracterizado como atendimento em meio aberto. Uma das formas mais comuns no país é o contra turno escolar, que pode ser compreendido como um programa do governo muito importante para crianças com direitos violados, desde que estes tenham as atividades voltadas para ações educativas efetivas, e não apenas visando a ocupação do tempo livre das crianças e adolescentes.

Os educadores sociais entrevistados apontaram grandes dificuldades que são encontradas em suas atuações, a principal seria a questão de estrutura física e materiais para realização das atividades, porém o fato dos educadores não possuírem conhecimentos mais aprofundados, causa uma repetição das atividades propostas, que juntando com a falta de material causa uma monotonia nas atividades.

Porém como não é exigida uma formação para atuar como educador social no Brasil esta também se caracteriza como dificuldade nesta realidade profissional.

Por meio deste estudo foi possível entender que o atendimento em contra turno social para crianças e adolescentes com direitos violados, precisa ser estudado e problematizado, buscando uma reflexão e conseqüentemente melhorias nas ações educativas, melhorias tanto na questão de preparo para os educadores

sociais, através de cursos preparatórios, como melhores condições de trabalho, pois com um melhor preparo e mais condições, o desenvolvimentos das atividades e da educação social em si melhorariam.

Percebe-se que os educandos permanecem e frequentam o PETI, pois os pais necessitam trabalhar e não poderiam deixar seus filhos sozinho sem o olhar de um responsável, que neste caso é o PETI.

Os educadores deveriam passar por um processo de seleção coerente, e formação para atuarem nesta área, para que diferentemente do que acontece na unidade PETI – Jardim Alegre, as atividades propostas fossem mais proveitosas e de qualidade.

Por fim, conclui-se que na pesquisa realizada no PETI – Jardim Alegre, é necessária urgentemente uma melhoria no cenário educativo, tanto na preparação dos educadores, como na melhoria do espaço físico e nos materiais de apoio, e a valorização deste espaço no que se refere às crianças e adolescentes e aos educadores da instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, D. A; JUNIOR, A. O; SABBO, J.R; JR, M.S. Esporte escolar: o jogo de educar. **Revista digital, Buenos Aires**, 2012.

Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd144/esporte-escolar-o-jogo-de-educar.htm>

Acesso em: 10/04/2014

BONI, V; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Santa Catarina, 2005.

BRASIL. **20 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Edição comemorativa. 2010

BRASIL. **Manual para Agentes Públicos**. Controladoria Geral da União. Gestão de Recursos Federais, 2006.

BRASIL. **Orientações Técnicas, Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS**. Brasília 2010

BRASIL. **Política Nacional do Esporte**. Ministério do Esporte. Brasília, 2005.

CARVALHO, I. M. M. **Algumas lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. Artigo. São Paulo, 2004.

CORREIA, M. M. Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões e considerações para uma gestão socialmente comprometida. **Revista eletrônica da Escola de Educação Física e Desportos – UFRJ – Vol. 4 N. 1**, Rio de Janeiro, Janeiro / Junho 2008.

Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos2/20-projetos_sociais_em_ef_esporte_e_lazer14.pdf

Acesso em: 18/02/2014

CORREIA, M. M. Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões preliminares para uma gestão social. **Revista Brasileira Ciências**. Esporte, Campinas, v. 29, n. 3, p. 91-105, maio 2008.

Disponível em: <http://rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/viewFile/212/215>

Acesso em: 22/02/2014

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, C. L. **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte. Autentica, 2004.

HINTZE, G. **Evolução da Legislação Voltada à Criança e ao Adolescente no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade do Planalto Catarinense. Santa Catarina, 2007.

LIMA, J. O. **Conceitos e diferenças entre recreação, lazer, jogo e brincadeira.** Rondônia, 2007.

LIMA, T. D; BRIDI, J.C. **As Formas de Mediação do Educador Social do CRAS – Novas Perspectivas no Campo da Pedagogia Social.** Curitiba, 2013.

LOPES, D. R. S. **Brincadeiras e jogos na educação social: Relações estabelecidas no centro integrado de atividades culturais e artísticas do Mandacaru- Maringá/PR.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2012.

MARCASSA, L. In: GOMES, C. L. **Dicionário crítico do lazer.** Belo Horizonte; Autentica, 2004.

MULLER, R. M; *et al.* **Políticas de formação de profissionais para a Educação Social no Brasil: ponderações a partir do caso espanhol.** 2010.

MULLER, V. R; RODRIGUES, P. C. **Reflexões de quem navega na educação social: uma viagem com crianças e adolescentes.** Maringá, 2002.

NATALI, P. M; PAULA, E. M. A. T. **Programas de Contra-Turno Social para Crianças e Adolescentes na Cidade de Maringá/PR: Características e Funções.** Ponta Grossa, 2009.

PAES, J. P. L. **O Código de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente: avanços e retrocessos.** Brasília, 2013

SANTOS, E. A. C. **O lúdico no processo ensino-aprendizagem.** Dissertação 2010
Disponível em: http://need.unemat.br/4_forum/artigos/elia.pdf
Acesso em: 02/03/2014

SILVA C. G. P. P. **Código Mello Mattos: um olhar sobre a assistência e a proteção aos “menores”.** 2007

SILVA, D. A. M. **Importância da recreação e do lazer.** / Débora Alice Machado da Silva ... [et al.]. Gráfica e Editora Ideal, 2011.

SOUZA, C. R. T; MULLER, V. R. **Educador Social: Conceitos Fundamentais para sua Formação.** IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE; III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Curitiba, 2009.
Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2658_1385.pdf
Acesso em: 25/03/2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro das Entrevistas

- Nome completo:
 - Idade:
 - Formação acadêmica:
 - Formação extra-acadêmica (musical, teatral, etc):
 - Função na instituição:
 - Tempo de trabalho na instituição (PETI):
1. Qual sua visão das crianças e adolescentes que frequentam o contra turno social?
 2. Qual sua rotina na instituição, seu cotidiano como educador?
 3. Como é elaborado o planejamento das atividades a serem desenvolvidas (em conjunto com a coordenação, em conjunto com outros educadores, em conjunto com os educandos, individualmente)? Existe rotina para estudos sobre a prática educativa?
 4. Qual a função do profissional da educação no contra turno social?
 5. Quais são as expectativas, que você identifica nos educandos em relação as atividades de caráter lúdico? Quais os objetivos destas atividades? No que contribui este tipo de atividade.
 6. Qual foi seu primeiro contato com o programa? Para atuar no contra turno social, foi necessário uma formação? Ou algum tipo de concurso, experiência?
 7. Quais são as principais dificuldades de trabalhar no contra turno social? Quais são suas sugestões para o avanço desta área?

8. O que você acha das ações educativas que o Estado brasileiro desenvolve para os adolescentes? São suficientes? Qual a sua visão do Programa PETI instituição que está inserido?

APÊNDICE B – Transcrição das Entrevistas.

Entrevistado I

1- Qual sua visão das crianças e adolescentes que frequentam o contra turno social?

R: Os alunos que frequentam o Programa PETI de Jardim Alegre, são crianças e adolescentes, que necessitam de assistência para complementarem seus conhecimentos, através de atividades diversificadas, artesanato, pintura dentre outros complementos, e como nem todos os professores tem uma formação acadêmica, com o ensino de atividades diferenciadas da escola, acabam atraindo a atenção dos alunos, como por exemplo, o crochê, pintura em tecido.

2- Qual sua rotina na instituição, seu cotidiano como educador?

R: Trabalho os dois períodos, servimos café da manhã, após fazermos a higienização bucal, na sequencia seguimos o horário destinado a cada sala, para a realização das atividades diárias, cada sala de aula tem seus alunos definidos no começo do ano, de acordo com a idade.

3- Como é elaborado o planejamento das atividades a serem desenvolvidas (em conjunto com a coordenação, em conjunto com outros educadores, em conjunto com os educandos, individualmente)? Existe rotina para estudos sobre a prática educativa?

R: o planejamento é realizado na semana pedagógica pelos instrutores (professores), que buscam adequar todas as atividades a serem realizadas durante o ano.

4- Qual a função do profissional da educação no contra turno social?

R: Tem a função de fazer com que o tempo que o aluno passa na unidade de contra turno social, seja proveitoso e prazeroso, para que estes não percam o interesse de frequentar as unidades, e ficar perambulando pelas ruas da cidade, para que isso não ocorra, realizamos atividades diversificadas, usando reciclagem passeios e jogos, brinquedos e a preferida das crianças, sessões

de cinema - Essas sessões de cinema que a senhora falou, acontece onde? Como as crianças reagem a esta metodologia? – **São realizadas aqui no PETI mesmo**, a forma que elas **esperam o dia da sessão de cinema é comovente, pois uma grande parte dessas crianças não tem ao menos uma TV em casa, e quando tem a chance de assistir um filme em tela grande (data show) e um som potente. É gratificante ver os olhos delas brilhando.**

5- Quais são as expectativas, que você identifica nos educandos em relação as atividades de caráter lúdico? Quais os objetivos destas atividades? No que contribui este tipo de atividade.

R: **A ludicidade esta presente em todas as atividades, pois através dela os educandos tendem a se desenvolver com maior facilidade e tem prazer em realizar. Essas atividades têm como objetivo, fazer com que as crianças “trabalhem” juntas para que as atividades dêem certo. Como estamos tratando de crianças carentes, inseridas em um lado critico da sociedade, pois muitos tem os pais no mundo das drogas, então mostramos outra realidade para elas, se esforçando ao maximo para que elas não acabem na mesma situação, dependentes químicos.**

6- Qual foi seu primeiro contato com o programa? Para atuar no contra turno social, foi necessário uma formação? Ou algum tipo de concurso, experiência?

R: **A partir da minha contratação foi que conheci o projeto e como era o desenvolvimento do mesmo, busquei através de estudos me aperfeiçoar, para que pudesse aplicar novas técnicas de ensino para estas crianças. Não, não passei por concurso para atuar, como experiência, tive o meu estagio obrigatório na faculdade e também do magistério.**

7- Quais são as principais dificuldades de trabalhar no contra turno social? Quais são suas sugestões para o avanço desta área?

R: **O projeto social deveria ter um espaço físico maior, com mais variedades de oficinas e atividades, pois trabalhamos para que os educando se sintam acomodados e felizes.**

8- O que você acha das ações educativas que o Estado brasileiro desenvolve para os adolescentes? São suficientes? Qual a sua visão do Programa PETI instituição que está inserido?

R: **A educação em si esta em grande defasagem**, necessita de muito mais investimentos em todos os aspectos, **já o projeto fazemos o possível para adequarmos ao que temos para desenvolver um bom trabalho**. Saliento ainda que dêem mais atenção para todos os projetos, para se ter uma boa sociedade temos que propor novas ações.

Entrevistado II

1- Qual sua visão das crianças e adolescentes que frequentam o contra turno social?

R: **São crianças e adolescentes na maioria das vezes oriundos de classe social de baixa renda, com carências afetivas, materiais, e geralmente de famílias desestruturadas, que frequentam o programa, pois aqui (unidade de contra turno social), são tratados dignamente, sabendo respeitar e ser respeitado.**

2- Qual sua rotina na instituição, seu cotidiano como educador?

R: **chego as 08:00 horas da manha**, eles já estão quase todos aqui, **tomamos café, e vamos para a sala de aula**. Trabalho com eles em sala de aula, orientando-os nas tarefas escolares e desenvolvendo através de trabalhos artesanais o tema proposto na semana. **Por volta das 11:20 eles vão para o refeitório para almoçarem e posteriormente se encaminham para o ponto de ônibus para serem conduzidos para a escola.**

3- Como é elaborado o planejamento das atividades a serem desenvolvidas (em conjunto com a coordenação, em conjunto com outros educadores, em conjunto com os educandos, individualmente)? Existe rotina para estudos sobre a prática educativa?

R: **em conjunto com os outros educadores. O planejamento é elaborado no início do ano letivo, onde é dividido por semana, cada qual trabalhando um tema específico.**

4- Qual a função do profissional da educação no contra turno social?

R: **Ao meu ver, o educador social, pode ter varias atribuições, porem algumas se destacam, pois estamos tratando de crianças extremamente carentes. Ao meu ver, as funções mais importantes para um profissional do contra turno social é a de cuidar, educar, ensinar e penso eu que seja as mais importantes, dar carinho e amar.**

5- Quais são as expectativas, que você identifica nos educandos em relação as atividades de caráter lúdico? Quais os objetivos destas atividades? No que contribui este tipo de atividade.

R: **Os educando vêm essas atividades na maioria das vezes como um lazer que eles não encontram na escola e em casa. Com o objetivo de desenvolver suas potencialidades e contribuir para sua socialização. Com certeza o que eles mais gostam é do esporte, pois aqui no PETI, eles tem uma bola e a quadra para jogarem, enquanto em casa, muitas vezes jogam com litros de garrafa PET, pois não tem condições de comprarem bolas.**

6- Qual foi seu primeiro contato com o programa? Para atuar no contra turno social, foi necessário uma formação? Ou algum tipo de concurso, experiência?

R: **Meu primeiro contato foi diretamente pela sala de aula. Não foi necessária uma formação específica. Fui contratada por indicação e não teve necessidade de ter experiência.**

7- Quais são as principais dificuldades de trabalhar no contra turno social? Quais são suas sugestões para o avanço desta área?

R: **As principais dificuldades que encontramos, é a falta de espaço físico e materiais de apoio para se trabalhar as atividades propostas, as dependências do programa são razoavelmente boas, mas quando chove são inúmeras goteiras, não podemos sair da sala porque não há nenhum**

outro espaço que possamos ir, então ficamos assistindo filmes, o que muitas vezes os alunos perdem o interesse e acabam fazendo muita bagunça.

8- O que você acha das ações educativas que o Estado brasileiro desenvolve para os adolescentes? São suficientes? Qual a sua visão do Programa PETI instituição que está inserido?

R: As ações educativas ainda são precárias. Há necessidades de inserir mais projetos em todas nas unidades de ensino e profissionais capacitados incluindo o programa PETI.

Entrevistado III –

1- Qual sua visão das crianças e adolescentes que frequentam o contra turno social?

R: Grande parte tem muita carência nos aspectos financeiros, que consequentemente afetam os aspectos psicológicos e biológicos. Além disso, a carência de afeto envolve as crianças e adolescentes ocasionando uma insatisfação da parte do sujeito que frequenta a instituição frente as posturas e regras impostas pela instituição.

2- Qual sua rotina na instituição, seu cotidiano como educador?

R: Ao chegar na instituição (07:30) direciono as crianças e adolescentes (conforme elas vão chegando) à uma sala onde na televisão passa filmes que variam de dia em dia. Ao dar a hora do café da manhã (08:00) as crianças saem da sala e sentam no pátio e junto aos outros instrutores sirvo o café da manhã a eles e tomo café da manhã junto a eles no pátio. Uns vinte minutos depois bate um sinal e os alunos entram nas suas respectivas salas. Eu vou para a sala de informática onde ligo os computadores, e baseado no horário prescrito pela coordenação busco e solto as salas para as aulas de informática. Nas aulas de informática passo conceitos gerais como hardware, software, Windows, e atividades

como: digitação, desenhos, paint e etc. Por volta das 11 e 15 (em média) é dado o sinal para o almoço. Das 11:15 as 11:30 eu almoço e por fim acaba o meu período matutino. Retorno as atividades 12:00 onde preparo a sala (abro a janela, ligo o ventilador, arrumo as mesas e as cadeiras em seus devidos lugares) para recepcionar as crianças que chegam nesse mesmo horário. Por volta das 12:30 todas as crianças entram em suas respectivas salas e então passo para as crianças as atividades do dia, que por suas variações incluem pinturas a lápis e a tinta guache, elaboração de cartazes com colagem e bolinhas de crepom, filmes, musicas, brincadeiras e etc. No entremeio dessas atividades tem o intervalo (15:00hrs), onde junto as crianças tomo o café da tarde. As 16:00 encerra o meu período vespertino.

3- Como é elaborado o planejamento das atividades a serem desenvolvidas (em conjunto com a coordenação, em conjunto com outros educadores, em conjunto com os educandos, individualmente)? Existe rotina para estudos sobre a prática educativa?

R: O planejamento das atividades é elaborado a partir das idéias dos instrutores que propõe a coordenação um conjunto de temas que serão trabalhados no decorrer do ano, e a metodologia é individual da parte de cada instrutor. Não existe nenhuma rotina especifica sobre a prática educativa.

4- Qual a função do profissional da educação no contra turno social?

R: A função do profissional é manter a segurança e garantir uma interação da parte do aluno com outros alunos e instrutor, e também com as atividades propostas.

5- Quais são as expectativas, que você identifica nos educandos em relação as atividades de caráter lúdico? Quais os objetivos destas atividades? No que contribui este tipo de atividade.

R: Por ser no contra turno escolar, a instituição explora muito o lúdico para a efetivação de suas atividades, pois tal didática tem por objetivo

proporcionar ao aluno uma forma agradável e variável de descontrair e ao mesmo tempo aprender sobre e explorar o mundo e as relações ao seu redor. Tudo isso contribui em um bom desenvolvimento social do indivíduo.

6- Qual foi seu primeiro contato com o programa? Para atuar no contra turno social, foi necessário uma formação? Ou algum tipo de concurso, experiência?

R: Ao entrar na instituição meu contrato era de estagiaria e o requisito era estar matriculado e frequentando o magistério ou qualquer curso de nível superior.

7- Quais são as principais dificuldades de trabalhar no contra turno social? Quais são suas sugestões para o avanço desta área?

R: Vejo como a principal dificuldade a efetivação agradável das atividades, já que a diferença de idades dos alunos na mesma sala varia em até 3 anos, ocasionando algumas vezes o descontentamento do aluno em relação as atividades difíceis ou fáceis demais. Como sugestão, defendo a ideia de que o instrutor tenha um aprimoramento das suas aplicações de atividades e sua didática.

8- O que você acha das ações educativas que o Estado brasileiro desenvolve para os adolescentes? São suficientes? Qual a sua visão do Programa PETI instituição que está inserido?

R: As ações do governo em relação aos adolescentes “no papel” tem uma estrutura e metodologia realmente coerente, e que se aplicada, daria grandes resultados para a sociedade. Os números de adolescentes envolvidos em drogas, bebidas alcoólicas, roubos, assassinatos é espantoso. Concluo que o desenvolvimento de projetos está bem feito, com idéias ótimas e passível de aplicação, o problema é que na efetivação de tal projeto nunca há verbas, e enquanto isso a demanda só aumenta. Ou seja, na prática o governo deixa muito a desejar. A instituição PETI, tem uma finalidade muito importante que seria tirar crianças e adolescentes das ruas e inserir estas em programas de

contra turno, porem nem todas as crianças que frequentam o programa PETI, estão em situação de trabalho infantil, e sim vem para o programa para os pais poderem trabalhar, penso eu que isso caracterize uma falha.

Entrevistado IV –

1- Qual sua visão das crianças e adolescentes que frequentam o contra turno social?

R: A grande maioria das crianças e adolescentes que freqüentam o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) é de família com baixa renda mensal e/ou de família desestruturada. Diante dessa realidade há muitas crianças que são revoltadas, se fecham em seu mundo e se tornam agressivas, pelo fato de às vezes não receberem carinho e atenção dos pais. Com isso, pude notar que quando tentava me aproximar destas com atividades recreativas, conseguia ganhar sua confiança e os comportamentos tornavam-se diferentes, havia mais diálogo e eu passei a conhecer a verdadeira realidade de cada um.

2- Qual sua rotina na instituição, seu cotidiano como educador?

R: Trabalho como professora estagiária no PETI através de um contrato com a Prefeitura Municipal de Jardim Alegre, que contrata os professores para o programa PETI e tenho como carga horária semanal 30 horas, sendo cumprida todos os dias da semana das 8:00 às 14:00.

3- Como é elaborado o planejamento das atividades a serem desenvolvidas (em conjunto com a coordenação, em conjunto com outros educadores, em conjunto com os educandos, individualmente)? Existe rotina para estudos sobre a prática educativa?

R: Grande parte das atividades realizadas no PETI, são os professores que preparam e trazem de casa, diferente das escolas de ensino regular que devem seguir o planejamento anual de cada matéria. O único planejamento que se segue é o relacionado às datas comemorativas, onde as atividades devem ser correspondentes as datas.

4- Qual a função do profissional da educação no contra turno social?

R: Creio que uma das principais funções de um profissional no contra turno social é possibilitar a criança e ao adolescente aproveitar a sua fase, ou seja, brincar, se divertir, expor as suas idéias, criar novas coisas, etc. Mostrar a eles que há um mundo diferente, e que a realidade também pode ser diferente, e com as nossas orientações, incentivo e apoio eles podem ir além do que imaginam.

5- Quais são as expectativas, que você identifica nos educandos em relação as atividades de caráter lúdico? Quais os objetivos destas atividades? No que contribui este tipo de atividade.

R: Os alunos adoram as atividades lúdicas oferecidas pelo PETI, pois nelas os mesmo conseguem além de compartilharem suas experiências, adquirirem novas. O intuito das atividades é mostrar a eles, que nem toda brincadeira ou jogo tem um único vencedor, que todos podem ganhar ou perderem juntos, que nem tudo é como parece ser e que de tudo se pode tirar uma lição, como aprender a compartilhar e ajudar o próximo, e isso contribui muito para a formação de opinião dessas crianças.

6- Qual foi seu primeiro contato com o programa? Para atuar no contra turno social, foi necessário uma formação? Ou algum tipo de concurso, experiência?

R: Sim, este foi o meu primeiro contato com o programa. E não é necessário ter alguma formação ou algum tipo de concurso, a única exigência é ser estudante, indiferente da área ou instituição.

7- Quais são as principais dificuldades de trabalhar no contra turno social? Quais são suas sugestões para o avanço desta área?

R: A grande dificuldade que enfrentamos no PETI é a falta de infraestrutura e de recursos materiais para a realização das aulas. Creio que se tivéssemos mais espaços e materiais as aulas principalmente de esportes seriam mais aproveitadas, pois há poucas ou quase nenhuma bola de futebol, vôlei, basquete, entre outras. Sem contar que a quadra praticamente não existe. Vendo essas condições, as crianças se desanimam, o que é uma pena.

8- O que você acha das ações educativas que o Estado brasileiro desenvolve para os adolescentes? São suficientes? Qual a sua visão do Programa PETI instituição que está inserido?

R: As ações educativas que o Estado desenvolveu ainda são muito vagas. Há a necessidade de criar coisas novas, desenvolver projetos que estimulem as crianças a deixarem as ruas e participarem desses projetos. O PETI de Jardim Alegre, apesar da pequena infra-estrutura, conseguiu que muitas crianças que passavam grande parte do tempo na rua, frequentassem o programa, não por pressão dos pais e de outros, mas sim por vontade própria.

Entrevistado V –

1- Qual sua visão das crianças e adolescentes que frequentam o contra turno social?

R: Minha visão das crianças que frequentam o programa (contra turno PETI), são as crianças com famílias extremamente pobres sendo que muita das crianças não tem o pai e a mãe morando em casa. São crianças carentes de carinho e atenção, podendo ser por este motivo que alguns dos alunos apresentam algumas características tão

agressivas. Como é meu primeiro contato com crianças carentes, pude notar que quando **damos carinho para estas crianças estas se comportam totalmente diferente,** **evidenciando ainda mais a necessidade de um tratamento diferenciado para estas crianças.**

2- Qual sua rotina na instituição, seu cotidiano como educador?

R: Sou **professora estagiaria,** **trabalho por um contrato através da Prefeitura Municipal de Jardim Alegre, com a carga horária semanal de 30 horas, sendo assim todos os dias da semana das 07:30 que é a hora que as crianças chegam com o ônibus ate as 13:30.**

3- Como é elaborado o planejamento das atividades a serem desenvolvidas (em conjunto com a coordenação, em conjunto com outros educadores, em conjunto com os educandos, individualmente)? Existe rotina para estudos sobre a prática educativa?

R: No começo do ano letivo quando as crianças voltam estudar nas escolas de ensino regular, **geralmente uma semana antes, os professores se reúnem para discutir e planejar as atividades ao longo do ano, porem a maior parte das atividades realizadas são os professores que trazem de casa, o planejamento só fala sobre as datas comemorativas que serão realizadas durante o ano para que os professores realizem as atividades como por exemplo: Páscoa, Dia das Mães, Festa Junina, Dia dos Pais, Dia das Crianças, Natal, etc.**

4- Qual a função do profissional da educação no contra turno social?

R: Penso que a principal **função é dar suporte para que os alunos possam expressar suas idéias, possam brincar e se divertir** e principalmente **evitar que estas crianças que estão em situação critica perante a sociedade, caiam em um mundo obscuro, saiam de uma realidade infantil e acabem entrando no mundo das drogas,** pois eu vejo que **se estas crianças são bem tratadas, elas não vão querer parar de freqüentar o PETI,** porem se um **professor for muito rígido e que queira**

se impor sobre os alunos, pode acontecer uma rejeição por parte das crianças acarretando um abandono a frequência ao contra turno.

5- Quais são as expectativas, que você identifica nos educandos em relação as atividades de caráter lúdico? Quais os objetivos destas atividades? No que contribui este tipo de atividade.

R: As crianças chegam da escola com vontade de brincar e aprender a fazer coisas diferentes das que são feitas na escola, como pintar, jogar bola, brincar de esconder, arremesso ao alvo. O objetivo destas atividades é propiciar para nossas crianças experiência diferentes como trabalho em equipe, que todos podem sair ganhando, que brincar sem violência pode ser muito legal também, como eles podem ser muito bom em outras atividades como futebol, ou em pintura, no ano passado quando eu estava fazendo estagio obrigatório, pude ter uma experiência que quando eu vi a atividade que estava sendo realizada em primeiro momento foi um choque, pois as crianças estavam lutando na sua aula, depois pude ver como este conteúdo trabalhado da maneira correta pode fazer com que eles tenham um controle sobre as características agressivas deles, quando eles chegam e sabem que terá a aula de esporte, da pra perceber que eles se alegram mais, ficam mais felizes.

6- Qual foi seu primeiro contato com o programa? Para atuar no contra turno social, foi necessário uma formação? Ou algum tipo de concurso, experiência?

R: Meu primeiro contato com contra turno social, foi em minha formação no magistério. Me surpreendi como foi boa esta experiência, pois antes só podia ter contato com estas crianças na rua, fazendo arruaças e badernas, o que me levou a pensar que não seria muito bom este estagio, mais com o passar do tempo percebi que seria totalmente ao contrario, pois cada dia mais me apaixonava pelas crianças. Não, não precisei fazer nenhum concurso, a única exigência é ser estudante, pode ser em qualquer área, no meu caso é pela faculdade, mais tem gente que é por colégio e ate mesmo por pós-graduação.

7- Quais são as principais dificuldades de trabalhar no contra turno social? Quais são suas sugestões para o avanço desta área?

R: Principal dificuldade, (pausa longa), é a falta de materiais de infraestrutura, pois eu vejo uma sala de aula muito pequena para trabalhar com tantas crianças, e quando chove, parece que esta chovendo mais aqui dentro do que lá fora, se nos tivéssemos um pouco mais de recursos seria muito melhor, mais quando nos subirmos (a escola será transferida para outro local com mais salas e mais infra-estrutura), aí vai melhorar. Se nos tivermos mais materiais, mais oportunidades para as crianças terem acesso a mais coisas diferente a que eles estão acostumados com certeza melhoraria e muito até o comportamento deles.

8- O que você acha das ações educativas que o Estado brasileiro desenvolve para os adolescentes? São suficientes? Qual a sua visão do Programa PETI instituição que está inserido?

R: As ações do Governo são muito vagas, pois se observarmos as crianças ainda estão em grande numero nas ruas, podemos ver isso em nossa cidade, pensa nas cidades grandes, poderia ser feitas muitas mais intervenções educativas, para que essas pudessem atrair cada vez mais as nossas crianças, fazendo com que essas deixassem as ruas e assim evitasse até o contato com o mundo da criminalidade. O PETI aqui em Jardim Alegre, é extremamente importante, pois fez com que grande parte das crianças saíssem das ruas, e melhor do que isso a crianças freqüentam este ambiente por gostarem e não por serem arrastadas pelos pais, como podemos ver frequentemente na frente de algumas escolas. Com algumas melhoras neste programa, sei que vai melhorar, fazendo com que as crianças gostem ainda mais de estar todos os dias presentes e melhor felizes por estarem ali.

Categorias:

Categoria I – Visão dos educadores sobre as crianças e adolescentes.

Categoria II – O contra turno social

Categoria III – Ação educativa

Categoria IV - O educador social

Categoria V – Esportes no PETI

Apêndice C – Roteiro das Observações**ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE****TÍTULO DA PESQUISA:****PESQUISADOR (ACADÊMICO):****ORIENTADORA:**

Data da observação:
Local da observação:
Oficina:
Educador Responsável:
Número de participantes:
Objetivo da oficina:
Relatório das atividades desenvolvidas:
Observações do pesquisador:

Pesquisador: Celso Eduardo-----
Orientadora: Ms. Paula Marçal Natali

APÊNDICE D – Transcrição dos Relatórios de Observação

RELATÓRIOS DE OBSERVAÇÃO

Relatório I –

Relatório das atividades desenvolvidas: depois do almoço, o que acontecia por volta das 12:00 as 12:30, os alunos se recolhiam para a sala de aula, tendo um tempo livre para descanso. As 13:00, começa então a primeira aula, os próprios alunos buscam os tabuleiros de xadrez que fica na secretaria, eles próprios se organizam em duplas para jogar, também jogam dama e trilha, mais os tabuleiros destes são eles mesmos que fazem. Os alunos que não gostam de jogar, e não querem ficar assistindo, as vezes ficam com a professora de sala fazendo crochê, ou assistindo filme na TV, esta que eles também buscam na supervisão.

Ao termino da primeira aula, não tem troca de professores, a menos que os alunos tenham aula de informática ou de esporte. Na aula de esporte, elas descem com o professor ate a quadra de concreto ou de areia.

Nessas quadras eles jogam futebol, brincam de bétis, desenham, jogam amarelinha, fazem balanços com corda nos galhos das arvores ou apenas sobem nas arvores e brincam lá.

A professora propôs uma brincadeira que chamou a atenção de todos o esconde-esconde foi muito bem aceita, todos participaram, ate o termino da segunda aula, depois subiram para o refeitório onde tomam o café da tarde sempre das 15:00 as 15:30 todos os dias de segunda a sexta, as crianças enquanto estão tomando café, quando se levantam para buscar o lanche, alguns fazem isso correndo, trombando um no outro e novamente observamos as discussões e brigas, muitas vezes chegando ao ponte de socos e tapas.

Na ultima aula, a professora de sala desce novamente com os alunos em uma área aberta e deixa eles brincarem ate o fim da aula, os alunos saem entre 16:30 ate 16:45, onde a grande maioria pega o ônibus para irem ate suas casas.

Observações do pesquisador: os professores deixam os alunos muito livres para expressarem suas vontades, deixam uma aula muito aberta, onde acontecem muitas discussões por idéias que não combinam brincadeiras diferentes

porem que usam os mesmos materiais, com isso muitas discussões e brigas podem ser observadas durante toda a aula, mesmo que esta seja dentro da sala de aula.

Nota-se que entre os alunos e a professora de sala, criou-se uma grande amizade e também muito respeito, pois mesmo em situações que as crianças estão brigando, eles ainda obedecem ela.

Claramente podemos observar que as crianças por estarem inseridos em uma sociedade de classe social baixa, alguns são filhos de pais e mães dependentes, como essas crianças se tornam violentas umas com as outras.

Relatório II –

Relatório das atividades desenvolvidas: as atividades foram realizadas na rua. Com autorização da prefeitura, fecharam uma parte da rua, para que as crianças e adolescentes pudessem brincar sem se preocupar com a passagem dos carros. Cada parte da rua tinha uma atividade, como por exemplo: futebol, vôlei, amarelinha para as crianças menores, boliche, pega-pega e rela-agacha. Cada brincadeira era organizada e regada pelos próprios alunos, quando acontecia algum desentendimento, as professoras entravam em ação para solucionar o problema.

Observações do pesquisador: Os alunos chegaram de ônibus e foram almoçar, depois do almoço, após um breve descanso foram colocados em filas para serem levados para a recreação. Eles estavam muito ansiosos, algumas discussões aconteceram, brigas. Quando chegaram à rua, automaticamente já foram formando os times para poderem jogar. Conforme passava o tempo as crianças trocavam de jogo, para que todos pudessem jogar.

No fim das 2 primeiras aulas eles ficaram na rua, tomarão café da tarde e foram para um sala assistir filme, pois começou a chover e não possui nenhum lugar coberto a não ser as salas. Por estarem muito energéticos com os jogos que tinham realizados, ficar em uma sala fechada foi muito complicado, novamente muitas discussões e brigas novamente.

Relatório III –

Relatório das atividades desenvolvidas: Por volta das 12:00 os ônibus começam a deixar as crianças no PETI. Desse horário até 12:30 é servido o almoço. Até chegar as 13:00 que é o início da aula, as crianças possuem um tempo para descansar.

Quando a aula se inicia, as crianças vão para a quadra participar da aula de esporte. Nesta, realizarão brincadeiras como pega-pega, amarelinha, esconde-esconde. A professora propõe que os alunos façam uma fila para pularem corda. Ela e mais uma aluna seguram a corda e começam a brincadeira. As crianças se empolgam e tentam competir quem pula mais. Ao fim desta aula, vão para a sala de informática onde podem brincar com os joguinhos do computador, realizar pesquisas e ouvir música. Quando a aula termina, vão para o refeitório tomar o café da tarde, que ocorre por volta das 15:00 às 15:30. Como esta se trata de uma sala só de meninas, quando termina o horário do café, a professora e as alunas vão para a sala onde podem assistir filmes que elas mesmas escolhem.

Observações do pesquisador: Na quadra, na sala de informática e na sala “de aula” as meninas possuem uma liberdade muito grande para escolherem ou decidirem quais as atividades, maneiras e tempo que estas serão realizadas. Nessa sala de aula possui três mesas grandes com várias cadeiras, uma mesa e cadeira para a professora, dois ventiladores na parede, uma televisão grande e um armário onde são guardadas todas as atividades.

Se tratando de uma sala que atende em média 22 alunas, é uma sala pequena.

Relatório IV –

Relatório das atividades desenvolvidas: as crianças foram levadas para a quadra, para terem aula de esporte, os meninos queriam jogar bola, porem os gols estavam quebrados, então a atividade do dia para os meninos foram “fabricar” um gol, eles rapidamente se reuniram e foram procurar materiais, enquanto as meninas estavam brincando de pular corda, de pega o rabo, vôlei e em cima das arvores. Os meninos foram ate a marcenaria e pegaram alguns pedaços de madeira um martelo e vários pregos, e começaram a fazer os gols. Enquanto as crianças estavam se divertindo ou fazendo os gols, a professora ficou apenas olhando, sem interferir em

nada, deixando as crianças livres, podendo fazer o que bem entendesse boa parte da aula a professora ficou falando ao celular.

Quando os meninos terminaram os gols, ficaram jogando bola ate a hora de subir para o café.

Quando deu à hora todos subiram para o café da tarde, após o café os alunos foram para dentro da sala de aula, e então buscaram a televisão e ficaram assistindo filmes, que eles mesmos trazem, sendo muitas vezes filmes de terror ou inapropriado para a idade.

Observações do pesquisador: A quadra onde os alunos praticam esporte, uma é de cimento bruto, onde se as crianças caírem inevitavelmente se machucará. A quadra de areia é muito suja e com muita terra, podendo causar alergias e doenças nelas.

A sala de "aula" onde eles passam boa parte do seu dia, com atividades segundo eles monótonas, possui duas mesas grandes com quatro bancos (duas em cada), uma mesa e cadeira para a professora, um quadro (Losa), um armário para que as crianças e adolescentes possam guardar seus pertences, um ventilador e uma televisão, somente nesta turma (turma C, de 11 a 15 anos), a televisão fica na supervisão, pois esta sala não possui um sistema de alarme. É uma sala, razoavelmente grande, onde aconchega em media 20 alunos todos os dias.

Relatório V –

Relatório das atividades desenvolvidas: Sem os materiais que a professora gostaria de ter, ela pegou apenas duas bolas de futsal e desceu para a quadra. Quando chegou na quadra, a Instrutora sentou-se, os alunos esperando que ela passasse alguma atividade para eles, sentaram-se ao lado dela, surpreendentemente a Instrutora deles apenas ficou usando o celular e não passou nenhuma atividade naquele dia, deixando os alunos simplesmente livres para realizar as atividades que eles quisessem.

Com a aula aberta para eles, às crianças começaram a subir nas arvores e brincar de se pendurarem em cipós para se divertirem.

Observações do pesquisador: Deixar as crianças livres para brincarem, pode acabar sendo perigoso, mais além disso deixa uma oportunidade para que essa criança perca o interesse de frequentar o Programa PETI.

Se balançar em cipós, não possui nenhum fundamento, e as crianças não precisam de um instrutor para realizar esta atividade, podendo ser realizada a qualquer momento.

Relatório VI –

Relatório das atividades desenvolvidas: Foram realizadas para coordenação motora, agilidade e velocidade.

Com alguns materiais para sua aula, a professora pode contar com alguns cones, cordas, bolas e bambolês.

Posicionando os cones na quadra, a professora pedia para que as crianças batessem a mão nos cones fazendo os movimentos que ela demonstrava.

Com a bola, os alunos deviam conduzi-la até as marcas. Nos bambolês, as crianças iam fazendo passadas dentro deles.

Com a realização destas atividades separadamente, em uma quadra de areia, a professora fez um mini circuito com todas as atividades em sequência, porém no fim, as crianças faziam um salto por cima da corda, que podia variar a altura de acordo com o tamanho da criança.

Observações do pesquisador: As atividades foram realizadas com muita satisfação pelas crianças, por serem atividades descontraídas e diferentes.

Categorias:

Categoria I – Visão dos educadores sobre as crianças e adolescentes.

Categoria II – O contra turno social

Categoria III – Ação educativa

Categoria IV - O educador social

Categoria V – Esportes no PETI

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Consentimento das Crianças e Adolescentes.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES

Gostaríamos de solicitar sua autorização para a participação de seu filho(a) na pesquisa intitulada “Jogos e brincadeiras com crianças e adolescentes com direitos violados: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Jardim Alegre – PR”, que faz parte do curso de Educação Física e é orientada pela prof Ms. Paula Marçal Natali da Universidade Estadual de Maringá- Campus Regional do Vale do Ivaí. O objetivo da pesquisa é analisar as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes no PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Jardim Alegre– PR, especialmente no que se refere aos jogos e brincadeiras.

Para isto a participação de seu filho(a) é muito importante, e ela se daria da seguinte forma, o pesquisador irá realizar observações das atividades realizadas pelos alunos e educadores do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Jardim Alegre. Informamos que poderão ocorrer desconfortos nas observações, porém os procedimentos não envolvem riscos (inaceitáveis), pois não se tratam de medições invasivas. Gostaríamos de esclarecer que a participação de seu filho(a) é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a autorizar tal participação, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa ou à de seu filho(a). Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a identidade, sua e a de seu (sua) filho(a) Todas as informações coletadas serão descartadas após a utilização no estudo, no caso os relatórios das observações das atividades serão destruídas e descartadas. Os benefícios esperados são, que a partir do entendimento que a Educação Social é uma área em construção em nosso país, esta pesquisa pode contribuir para a consolidação da produção científica na área e proporcionar avanços na atendimento educacional no contra turno social. Sendo assim, se torna imprescindível estudar, jogos e brincadeiras com crianças e adolescentes com direitos violados: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Jardim Alegre – PR. O retorno sobre os resultados da pesquisa serão realizados pelo pesquisador junto à instituição

pesquisada no que se refere aos educadores sociais, crianças e adolescentes e comunidade em geral.

Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços a seguir ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você, como sujeito ou responsável pelo sujeito de pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu, _____ (nome por extenso do responsável pelo menor) declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela Professora Ms. Paula Marçal Natali.

_____ Data: __/__/__

Assinatura ou impressão datiloscópica

Campo para assentimento do sujeito menor de pesquisa (para crianças escolares e adolescentes com capacidade de leitura e compreensão):

Eu, _____ (nome por extenso do sujeito de pesquisa /menor de idade) declaro que recebi todas as explicações sobre esta pesquisa e concordo em participar da mesma, desde que meu pai/mãe (responsável) concorde com esta participação.

_____ Data: __/__/__

Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu, Celso Eduardo Rodrigues da Silva, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

_____ Data: __/__/__

Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Celso Eduardo Rodrigues da Silva

Endereço: : Rua Itapuã nº 206, Centro Jardim Alegre - PR.

(telefone/e-mail): celso_eduardo5@hotmail.com

(43) 9975-6788

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444

E-mail: copep@uem.br

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos Educadores

**Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências e da Saúde
Departamento de Educação Física**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada **“Jogos e brincadeiras com crianças e adolescentes com direitos violados: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Jardim Alegre – PR”**, que faz parte do curso Educação Física e é orientada pela professora Ms. Paula Marçal Natali da Universidade Estadual de Maringá. O objetivo da pesquisa é Analisar as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes no PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Jardim Alegre– PR, especialmente no que se refere aos jogos e brincadeiras.

Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria na forma de realização de entrevista semi-estruturada com os professores, educadores, coordenadores e observação da rotina do programa.

Salienta-se que sua identidade será sigilosamente preservada, bem como da Instituição em que atua, pois cada participante do estudo será identificado(a) por um número e, para fins de divulgação e publicação técnica e/ou científica da pesquisa, solicito a sua autorização para o uso de seus dados. Os procedimentos não envolvem riscos (inaceitáveis), pois não se tratam de medições invasivas e o(a) senhor(a) terá a liberdade de recusar ou retirar o consentimento, a qualquer momento, sem penalização alguma. Serão fornecidos os esclarecimentos necessários antes e durante a pesquisa sobre a metodologia e os objetivos, para que os indivíduos que forem pesquisados possam contestar e, recusar-se a não participação. Informamos que poderão ocorrer alguns contratemplos no sentido de alguns professores se recusarem em participar da referida pesquisa. Será mantida uma relação de respeito e o entrevistado possui total liberdade para informar o que lhe é confortável. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Todas as informações coletadas serão descartadas após a utilização no estudo, no caso as gravações e transcrições serão destruídas. Os benefícios esperados são, que a

partir do entendimento que a Educação Social é uma área em construção em nosso país, esta pesquisa pode contribuir para a consolidação da produção científica na área. Sendo assim, se torna imprescindível estudar, jogos e brincadeiras com crianças e adolescentes com direitos violados: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Jardim Alegre – PR. O(a) senhor(a) estará contribuindo de forma única para o desenvolvimento da ciência, dando possibilidade a novas descobertas e ao avanço das pesquisas, em particular, contribuirá sobremaneira para a investigação ora proposta.

Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo:

Abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você, como sujeito ou responsável pelo sujeito de pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu, _____ (nome por extenso do sujeito de pesquisa) declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela Professora Ms. Paula Marçal Natali.

_____ Data: ___/___/___

Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu, Celso Eduardo Rodrigues da Silva, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra nominado.

_____ Data: ___/___/___

Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Celso Eduardo Rodrigues da Silva

Endereço: : Rua Itapuã nº 206, Centro Jardim Alegre - PR.

(telefone/e-mail): celso_eduardo5@hotmail.com
(43) 9975-6788

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444

E-mail: copep@uem.br

ANEXO C – Parecer do Copep

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da pesquisa: Jogos e Brincadeiras com Direitos Violados: O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Jardim Alegre – PR

Pesquisador: Paula Marçal Natali

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 25045713.0.0000.0104

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Maringá

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 502.400

Data da Relatoria: 18/02/2013

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa proposto por pesquisadora vinculada à Universidade Estadual de Maringá que pretende avaliar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar as atividades desenvolvidas com as crianças e adolescentes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Jardim Alegre, PR, no que se refere aos jogos e brincadeiras.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O protocolo de pesquisa restou pendente para que a pesquisadora apresentasse nova versão do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como apresentasse o roteiro de questões a ser aplicado aos participantes da pesquisa. As pendências foram atendidas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Foram acostados os termos de apresentação obrigatória.

Recomendações:**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá é de parecer favorável à aprovação do protocolo de pesquisa apresentado.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Face ao exposto e considerando a normativa ética vigente, este Comitê se manifesta pela aprovação do protocolo de pesquisa em tela.

MARINGÁ, 19 de Dezembro de 2013

Assinado por:

Ricardo Cesar Gardiolo
(Coordenador)